

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

# **Revista Querubim**

**Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais**

**Edição 44  
Ano 17**

**Volume 5  
Geografia**

**Aroldo Magno de Oliveira  
(Org./Ed.)**

**2021**

**2021**

**2021**

**2021**

**Niterói – RJ**

Revista Querubim 2021 – Ano 17 nº44 – vol. 5 – Geografia – 60p. (junho – 2021)  
Rio de Janeiro: Querubim, 2021 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

### **Conselho Científico**

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)  
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)  
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)  
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)  
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)  
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

### **Conselho Editorial**

#### **Presidente e Editor**

Aroldo Magno de Oliveira

#### **Consultores**

Alice Akemi Yamasaki  
Andre Silva Martins  
Elanir França Carvalho  
Enéas Farias Tavares  
Guilherme Wyllie  
Hugo Carvalho Sobrinho  
Hugo Norberto Krug  
Janete Silva dos Santos  
João Carlos de Carvalho  
José Carlos de Freitas  
Jussara Bittencourt de Sá  
Luiza Helena Oliveira da Silva  
Marcos Pinheiro Barreto  
Mayara Ferreira de Farias  
Paolo Vittoria  
Pedro Alberice da Rocha  
Ruth Luz dos Santos Silva  
Shirley Gomes de Souza Carreira  
Vânia do Carmo Nóbile  
Venício da Cunha Fernandes

## SUMÁRIO

|    |  |    |
|----|--|----|
| 01 | <b>Alexandre Augusto Alvarenga</b> – Cidade prostituta: entre a territorialização e a segregação das mercadoras do sexo na cidade de Belo Horizonte-MG   | 04 |
| 02 | <b>Felipe dos Santos Silva et al</b> – A cartografia na perspectiva do 6º ano, na Escola Municipal Professor Joaquim Moreira, Formosa-GO   | 24 |
| 03 | <b>Giliana Zeferino Leal Mendes et al</b> – O acolhimento de adolescentes da casa abrigo de Araguaína na sociedade da vaidade  | 31 |
| 04 | <b>Igor Barbosa da Conceição et al</b> – Análise do contexto hidrico do município de Minaçu – GO   | 41 |
| 05 | <b>Jakeline Martins da Silva e Jéssica Bispo Montalvão da Paixão</b> – Aplicação do conteúdo de energias renováveis e não renováveis e problemas ambientais no Centro de Ensino em Período Integral Professora Izabel Christina de SOUZA Ortiz | 48 |
| 06 | <b>Telma Oliveira Soares Velloso e Thiago Bernardes Fernandes Jorge</b> – Significando o espaço rural através de sequência didática sobre o Brasil agrário e agroexportador  | 56 |

## **CIDADE PROSTITUTA: ENTRE A TERRITORIALIZAÇÃO E A SEGREGAÇÃO DAS MERCADORAS DO SEXO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE-MG.**

**Alexandre Augusto Alvarenga<sup>1</sup>**

### **Resumo**

A segregação urbana socioespacial encontra-se, ao longo da história, ligada a fatores como religião, credo, cor, raça, status social, profissão, etc. Definindo as pessoas e territórios. Ela é evidente sobre as classes impactadas diretamente, como as prostitutas, dentre outros. Este grupo possui acesso restrito ou nulo aos serviços e bens sociais, assim como a espaços da cidade. A territorialização e desterritorialização dos espaços na metrópole pelo conflito entre a produção territorial da prostituição e a produção territorial do capital na cidade de Belo Horizonte constituem o objetivo principal desta pesquisa. Consiste no estudo sobre prostituição de rua, e a prostituição de hotéis na região central da capital mineira. O artigo é resultado de investigação bibliográfica científica, formal, documental, análise cartográfica temporal, entrevistas com instituições, público alvo e adjacentes, buscando apresentar desdobramentos sobre os impactos que a segregação urbana socioespacial causa na dinâmica da cidade de Belo Horizonte e seus cidadãos.

**Palavras Chave:** Território, Espaço, Segregação Social, Prostituição e sua possível remediação.

### **Resumen**

La segregación urbana socioespacial, a lo largo de la historia, ha estado ligada a factores como religión, credo, color, raza, estatus social, profesión, etc. Definición de personas y territorios. Es evidente sobre las clases directamente impactadas, como prostitutas, entre otras. Este grupo tiene acceso limitado o nulo a los servicios y bienes sociales, así como a los espacios de la ciudad. La territorialización y desterritorialización de espacios en la metrópoli debido al conflicto entre la producción territorial de prostitución y la producción territorial de capital en la ciudad de Belo Horizonte son el principal objetivo de esta investigación. Consiste en el estudio sobre la prostitución callejera y la prostitución de hoteles en la región central de la capital minera. El artículo es el resultado de una investigación bibliográfica científica, formal, documental, análisis cartográfico temporal, entrevistas a instituciones, públicos objetivo y adyacentes, buscando presentar desarrollos sobre los impactos que la segregación urbana socioespacial provoca en la dinámica de la ciudad de Belo Horizonte. y sus ciudadanos.

**Palabras clave:** Territorio, Espacio, Segregación social, Prostitución y su posible remediación.

### **Introdução**

A segregação urbana socioespacial encontra-se ligada, ao longo da história. Ligada a fatores como religião, credo, cor, raça, etc. Não obstante, torna-se importante destacar que os fatores socioeconômicos (as classes sociais) também são de suma importância para definir as pessoas e os territórios. Na América Latina, este último é o mais comum, sendo predominante numa sociedade como a brasileira.

A dinâmica da segregação encontra-se caracterizada pela desigualdade existente na sociedade, de maneira generalizada. A efetivação deste fenômeno se dá de forma mais evidente sobre as classes impactadas diretamente, como moradores de aglomerados, mendigos, pedintes, garotos de rua, prostitutas, dentre outros. Estes grupos possuem acesso restrito ou nulo aos

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Graduado em Geografia e Meio ambiente. Graduando em Pedagogia. Docente na Faculdade Pitágoras, Coordenador de curso técnico pós médio pelo Grupo ANIMA de Educação e Cultura. Professor do Ensino médio técnico pelo CEFET/MG.

serviços sociais como cultura, saúde, educação, trabalho e outros, além de estarem restringidos a determinados espaços e territórios da cidade.

A territorialização e desterritorialização dos espaços na metrópole pelo conflito entre a produção territorial da prostituição e a produção territorial do capital na cidade de Belo Horizonte constituem o objetivo principal desta pesquisa. O destaque consiste no estudo sobre prostituição de rua, na Avenida Afonso Pena e a prostituição de hotéis na Rua dos Guaicurus e adjacências.

A pesquisa se justifica pela necessidade de um melhor (re)conhecimento sobre as nuances da segregação espacial, a partir do estudo sobre a prática da prostituição em duas das principais vias da capital mineira nas quais é intensa a atividade comercial e há um grande número de moradias de classes média e alta. Não obstante, trata-se de um espaço no qual se realizam diversos eventos sociais de suma importância para a vida de Belo Horizonte.

### **Espaço, Território, Segregação e o Mercado do Sexo**

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII tem transformado as configurações do espaço geográfico mundial de modo que novas relações de poder e, portanto, de territorialidade, são instituídas a cada momento de acordo com as necessidades do capitalismo, motor dessas mudanças. Com isso, as sociedades tornam-se cada vez mais complexas.

A perversidade disso reside em sua eficácia de organizar todo o sistema de produção de modo a concentrar sua multiplicação. O espaço geográfico foi envolvido nos processos de reprodução e acumulação de capital e as cidades tornaram-se inicialmente palco e, posteriormente, a própria matéria da qual o capitalismo vai se apropriar de diversas formas, buscando sua reprodução.

A cidade mudou no formato e no contexto. O sistema que gira em torno do capital alterou a visão humana do social e partilha a cidade em territórios segregados de residência, comércio, administração, dentre outros, e designa a distinção de territórios entre classes de consumo dirigido.

No entanto, antes mesmo de se desenvolver a concepção de território, destaca-se a concepção de Espaço. Segundo o geógrafo Milton Santos em sua obra intitulada “*Por uma geografia nova* (1978)”, o conceito de que o espaço é central, sendo compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, p.122). Contudo o autor designa o espaço como fator e não exclusivamente como um reflexo social, desterrinando-o como uma instância da sociedade ao dizer: “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).” Portanto, o Espaço vai além da instância social, ele se dá na organização antrópica. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho. Já o espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução.

Milton Santos (2005, p.256) fala sobre a formação do território e auxilia no processo do entendimento de como os espaços podem ser classificados e como a segregação urbana pode redimensionar e resignificar estes espaços.

O território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas.

O domínio do poder se concentra nas mãos daqueles que conseguem multiplicar o capital de modo mais rápido e menos dispendioso e, a partir daí, surge a preocupação de como os espaços da cidade são configurados, inventados, destruídos, reconstruídos.

A marginalização constituiu uma reformulação dos espaços e territórios da cidade e inaugura a segregação urbana socioespacial. Segundo a urbanista Rolnik (1988), é importante observar que a segregação se impõe em nível da constituição de territórios separados para cada grupo social. Ela deixa claro essa divisão territorial urbana, contudo, essa reorganização não é feita pela sociedade como um todo, mas por um grupo dominante do poder que dispõe interesse nestes atos. Esta ideia também é defendida pelo arquiteto urbanista Flávio Villaça (2003, p. 341) que relata que “[...] a segregação é, portanto, aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial.” Além disso esse mesmo pesquisador afirma que “[...] segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p.142).

O autor ainda vai mais além, designando os vários tipos de segregação existentes, dentre elas pela etnia, nacionalidade e classes sociais. Villaça defende ser a última a que define a estruturação das metrópoles brasileiras. Este fenômeno brasileiro, segundo ele, pode ser observado na cidade de Belo Horizonte, através da sua dinâmica socioespacial.

A segregação é um processo inerente à reprodução de uma metrópole desigual, numa sociedade capitalista e conforme relata Villaça (2003, p.342) a segregação espacial urbana atua, ainda, através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano: “Uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano”, o que demonstra por muitas vezes a falta de acesso dos segregados ao uso da cidade e o acesso aos direitos ao uso dela, trazendo diversos conflitos sociais.

Rolnik (1988, p.48) explora a questão do conflito: “Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrada poderá ser o confronto”.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Generalizando, quando se fala em território, pensa-se em demarcação cartográfica, normalmente instituída por um governo. No entanto, Raffestin (1993, p. 144) coloca que, “O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” Se o Sistema do Capital é incidido com relação de poder em grupos e instituições, não seria diferente sobre o grupo que produz o mercado do sexo. Esta relação de poder do atual sistema econômico sobre o comércio de corpos, torna-se responsável pela territorialização do espaço.

O espaço preexiste a qualquer ação, no entanto, o valor dado pela prostituição no ato do seu trabalho e suas ações designa um poder investido no espaço, territorializando-o. Essa territorialização pode se dar pelas relações entre os que praticam a prostituição, pelas relações para com o cliente, com o comércio, com os transeuntes, com os residentes ou um todo. Essa territorialização se efetiva pelo valor de uso, ou utilidade do espaço.

Ao se projetar no espaço através de ações e comportamentos, a prostituição toma posse do que Raffestin vai denominar de códigos, de sistemas sêmicos, realizando, portanto, as objetivações do espaço, produzindo assim processos sociais.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo tem com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFFESTIN 1993, p. 153).

Segundo o Raffestin, é possível afirmar que o grupo de indivíduos que mercantilizam o sexo, ou seja, as prostitutas, os michês e as travestis são produtores de território e o delimitam.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Para o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2003, p.11), o político e o cultural se mesclam na produção do território que se define a partir das suas relações de poder. E diz: “[...] todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. Diante dessa concepção de Souza, pode se dizer que as prostitutas e travestis produzem uma relação de poder que é exercida em um determinado espaço formando assim o território pela relação do trabalho, uso comercial, raízes culturais e identidade. Essas duas últimas são relatada por Souza, que demonstra a mutabilidade territorial:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. (SOUZA, 2001 p. 84).

Souza (2001) relata em seus estudos que as grandes metrópoles modernas, diante de sua complexidade, demonstram o que ele chama de “territórios flexíveis”. De acordo com sua observação, a metrópole Belo Horizonte é detentora destes territórios flexíveis. Souza da exemplo sobre o território formado pela prostituição:

O território da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis, michês), onde os “outros” tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais se pode entrar em conflito. Estes territórios, comumente encontrados naqueles locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar *blighted áreas*, áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”, muitas vezes [...] são “apropriados” pelo respectivo grupo apenas a noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno [...] (SOUZA, 2001, p. 88).

O mundo do exterior citado por Souza, é uma expressão que remete a existência de dois mundos, um formado pela sociedade em geral; o outro formado pelo mundo marginal, também conhecido como submundo. A descrição do autor se encaixa a diversos panoramas de espaços territorializados pela prostituição na capital mineira.

O território, no entanto, não é formado apenas pela axiologia, mas pelo capital. O conflito de valores entre o capital e a prostituição para determinados espaços produz o conflito social desencadeando a segregação urbana socioespacial das profissionais do sexo.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1991, P. 110-111).

Lefebvre traz, nesta mistura, o fundamento do que é o social, do que forma a sociedade dentro da cidade. Contudo, a valorização de cada um destes fatores produz diferenciação entre eles e gera a gestão dos espaços devido às suas significâncias. Lefebvre (1991) diz que a cidade se manifesta como um grupo de grupos. Dentro desta perspectiva, os detentores do poder dominam os grupos, através da organização política, produtiva, comercial e social, modelando os territórios da cidade.

SOUZA (2001) Dispõe o conceito de espaço social e emaranha o homem na interação com um espaço transformando a natureza através do trabalho, dizendo:

Sem duvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico: é inconcebível com um espaço que tenha sido alvo da valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social. (SOUZA, 2001, p.96).

Diante da perspectiva do Geografo, a interação da prostituta e da travesti com o espaço dispõe a formação do território e também do espaço econômico.

A segregação social imposta sobre as prostitutas e travestis produz uma espécie de privação coletiva do social, gerando falta de identidade, miséria, inacessibilidade e, principalmente, discriminação, impossibilitando, inclusive, a representação publica deste grupo.

Ao analisar o modelo de exclusão sofrido pelas profissionais do sexo, pode-se entender que a via passa pelas três dimensões apresentadas abaixo por Rattner. As prostitutas e travestis são marginalizadas, discriminadas, injustiçadas, sofridas e recebem inúmeros preconceitos sobre si, sendo muitas vezes consideradas socialmente inferiores.

A exclusão pode ser analisada sob três dimensões: primeira, a dimensão material e objetiva da desigualdade social e econômica; a segunda refere-se à ética da injustiça social e dos preconceitos; e a terceira dimensão, subjetiva, de sofrimentos impostos a milhões de seres humanos (RATTNER, 1999, P.03).

A inclusão e a exclusão de indivíduos e grupos dos seus direitos à cidade tornam o processo dubiamente social. A exclusão é fruto da reprodução do sistema capitalista e se torna



efetivamente arraigada a ele, tornando-se um fenômeno global que produz a perda do capital humano e social. Já a inclusão social busca a integração dos marginalizados e é produto de políticas públicas que podem envolver governo e sociedade civil, dando acesso aos direitos comuns da sociedade e assim, acesso aos serviços sociais, produção, consumo e uso dos espaços públicos da cidade.

Dentro desta estrutura direcionada, de acordo com determinados interesses, a ocupação nos limites da metrópole foi acontecendo dentro de uma dinâmica marcada pela legitimação de múltiplos territórios que se alternam nos espaços da cidade. Dentre eles, encontra-se o que será chamado aqui de *“territórios do sexo”*.

Os territórios do sexo acontecem em áreas específicas da cidade, onde a sociedade tolera a prostituição, mesmo com algumas restrições. Bordéis, boates, hotéis, casas de show, residências e a rua são os locais mais comuns onde se mercantiliza o corpo humano para o prazer sexual. Andrade e Teixeira (2004) designam os lugares como territórios de tolerância. Contudo, o histórico do mercado do sexo na cidade de Belo Horizonte desde a sua construção até os dias atuais designam uma espécie de operação limpeza, chamada pelo poder público de projetos de revitalização. A ação do Estado produz uma segregação urbana socioespacial, nesse caso, deslocando a atividade para lugares mais distantes e promove, nas áreas desocupadas, a tal revitalização, cujo resultado é a valorização dessas áreas que *“revitalizam”* o circuito da especulação imobiliária, comercial e produtiva.

### **História e Prostituição na Capital Mineira**

Belo Horizonte, demonstra a realidade do expurgo contra a prostituição de mulheres e travestis impressa no contexto histórico da construção da capital até os dias atuais. É fato que a cidade não foi projetada para a classe de baixa renda. Sua existência deu na perspectiva de ser uma cidade administrativa do Estado de Minas Gerais, que abrigaria os funcionários estatais e visitantes donos do poder público e privado. Contudo, logo após a inauguração da cidade, no ano de 1897, a tentativa de esterilização urbana já ocorria com o plano de remanejamento de moradores invasores de edifícios na Praça Raul Soares, sendo levados a bairros sem a mínima infraestrutura.

Se moradores pobres não eram bem-vindos à nova capital, as prostitutas passavam por dois crivos da sociedade mineira. O primeiro é o da prostituição velada que se deu por acreditar que ela seria uma espécie de reguladora social, chamada, portanto, de *“mal necessário”*. A existência de programas sexuais permitia ao homem satisfazer suas necessidades carnis. De acordo com a antropóloga Regina Maria Mazzariol (1976), a prostituição, segundo as leis da família e da sociedade católico-cristã, aliviava os sentimentos mundanos do homem-provedor do lar, sendo assim, não importunava a mulher e imunizava seu lar da luxúria. Essa ideia, ainda existente nos dias atuais, institui na cidade uma espécie de regulação da atividade.

Essa representação cultural na cidade permite a existência das *“casas de tolerância”*, prostíbulos que recebiam condenação moral, contudo, não passavam pela proibição social. A regulação dessas casas era dada pelos médicos e pela polícia que mantinham a ordem criminal e salutar das profissionais do sexo. Para que esta regulação ocorresse, a ordenação social foi imposta aos grupos e as casas de meretrício deveriam ser locadas em territórios específicos da cidade. Fator não só de controle, mas de intimidação. Institui-se então na cidade o que o jornalista e sociólogo Robert Ezra Park (1976) chama de *“Região Moral”*, que é definida por este como sendo um local no qual predomine uma série de assimilações morais, tendo como característica a reunião de condutas desviantes que vão da prostituição até o tráfico de drogas.

Segundo Luciana Teixeira de Andrade e Alexandre Eustáquio Teixeira (2004), a expressão

“Zona” era destinada a regiões de meretrício e se localizavam na parte mais baixa da cidade.



FIGURA 01: Mapa de localização do Quadrilátero da Zona, antiga área de prostituição em hotéis no Bairro Centro.  
FONTE: www.googlemaps.com.br (modificado)

No caso de Belo Horizonte, esta região é estrategicamente localizada próxima à rodoviária e a ferroviária. Sua localização se deu na intenção de recepcionar os visitantes que chegavam à cidade por via férrea e rodoviária, principais meios de transporte da época. O escritor Pedro da Silva Nava denomina esta área como sendo o “Quadrilátero da Zona”. Esta área compreendia as ruas São Paulo, Rio de Janeiro, Guaicurus, Bahia, Caetés, Oiapoque e Santo Dumont, dando-se, portanto, a forma estrutural de um quadrilátero, como pode ser visto na ilustração 01.

Ainda hoje essa localização perdura, no entanto, a segregação da prostituição no local pode ser vista na ilustração 02, onde se observa nitidamente a perda do espaço de trabalho das profissionais do sexo, compreendendo atualmente apenas as ruas 21 de abril, São Paulo e Guaicurus, denominado aqui de Cruz da Zona.



FIGURA 02: Mapa de localização da Zona Grande, atual área de

prostituição em hotéis no Bairro Centro.  
FONTE: [www.googlemaps.com.br](http://www.googlemaps.com.br) (modificado)

No final do século XIX, início do Século XX, a prostituição de rua não era uma realidade comum, sua existência era rara e as mulheres comercializavam seus corpos em casas especializadas para tal fim. Andrade e Teixeira (2004) também descrevem a existência de quatro principais cabarés em Belo Horizonte. O Cabaré Palácio, também conhecido como Cabaré da Olímpia, uma cafetina estrangeira, provinda da Espanha que comandava o estabelecimento. Sua clientela era formada por homens abastados, da alta sociedade e políticos.

Cabarés como o Rádio e o Capitólio serviam champanhe e possuíam meretrizes nacionais e estrangeiras. Já o Curral das Éguas era considerado o “fim do poço”. Seu público era de pouco poder aquisitivo e as prostitutas eram mulheres afetadas pela velhice, drogas e doenças sexualmente transmissíveis.

A marginalização territorial da prostituição, ainda no início da nova capital, chama a atenção da sociedade mineira tradicionalista e impõe sobre o governo uma ação mais efetiva. Na década de 1920, é retirada a autorização de funcionamento de todas as casas de cafetinas e institui-se, neste mesmo período, a delegacia de Costumes e Jogos, reguladora oficial do território do sexo no município, criando exigências direcionadas às casas de tolerância, às cafetinas e às mulheres de vida fácil, como eram chamadas as prostitutas. A exposição em vitrines como janelas e portas estava proibida, assim como o uso de trajés menores em vias públicas. Segundo Andrade (1987), no ano de 1927, a prefeitura de Belo Horizonte institui o serviço de legitimação das meretrizes, registrando 733 prostitutas femininas no município.

Já no início do século XX, nascem na cidade os hotéis de batalha, prédios munidos de quartos que eram alugados diariamente pelas prostitutas e o papel da cafetina é trocado pelo do gerente que cumpre a obrigação de receber o aluguel e manter a ordem no local. Este sistema perdura até os dias de hoje.

A Grande Zona atualmente abriga 19 hotéis de meretrício num total de 2.500 a 3.000 mulheres se prostituindo por dia

As territorializações e desterritorializações da prostituição na capital mineira são indicativos de que as transformações do/no espaço e da sociedade capitalista atingiram o mercado do sexo em Belo Horizonte.

[...] profundas transformações na atividade da prostituição e em sua localização. Enquanto em períodos anteriores, a comercialização do sexo foi uma atividade predominantemente feminina e confinada em “regiões morais”, a partir dos anos setenta emerge a prostituição masculina, nas figuras de michês e travestis, altera-se consideravelmente a forma da prostituição feminina e há uma profunda reorganização espacial das atividades de prostituição na cidade (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004, p. 148).

Parte da chamada Região Moral estava situada na Rua Bonfim esquina com a Rua Paquequer, bairro vizinho ao centro onde as ruas estão às margens da Avenida do Contorno onde se situa uma das principais entradas para o bairro Centro, também próximo à rodoviária e a algumas quadras do Quadrilátero da Zona.

Andrade e Teixeira relatam a transmutação da prostituição, não só pela forma como ela se dá, mas pela sua mudança espacial na constituição de novos territórios. A prostituição de travestis

não se dava na Rua Bonfim pelo número de casas que ali existiam. Essa prostituição ocorria no centro, lugar de passagem e de poucas residências. Esta prostituição era adjacente ao “quadrilátero da zona”, no entanto, ainda havia travestis que locavam seus corpos junto aos prostíbulo femininos no Bonfim.

Já as travestis que preferiam ficar nas proximidades do bairro Bonfim faziam “ponto” na frente de hotéis e casas de prostituição, principalmente na rua Paquequer, ao lado de prostitutas mulheres, uma estratégia utilizada para não estigmatizar o lugar (MEDEIROS, 2001 apud TEIXEIRA; ANDRADE, 2004, p. 149).

Com a ascensão da metrópole belo-horizontina, a prostituição das mulheres e das travestis é modificada. Renascem os meretrícios de luxo na capital e a prostituição é reespecializada e cria um novo território. O novo território de atuação das trabalhadoras do sexo se dá na região sul da capital, popularmente considerada como nobre. Contudo, a prostituição não se restringe a boates e casas de luxo. A área mais nobre da Avenida Afonso Pena recebe um novo público, travestis e prostitutas que mudam seu trabalho, trocando a Rua Paquequer e a Rua Bonfim pela principal avenida da capital.

Walkiria La Roche, Coordenadora de diversidade Sexual do Estado de Minas Gerais, relata que esta transição não se deu de imediato. Antes que as prostitutas e travestis fossem para a Avenida Afonso Pena, elas se fixaram na Avenida Olegário Maciel no bairro Lourdes, e as profissionais trouxeram, junto com seu trabalho, o incômodo de sua presença. Representantes de moradores do bairro, realizaram uma reunião junto aos órgãos municipais, autoridades policiais e as profissionais, onde foram relatados inúmeros problemas. Em uma decisão amistosa, as profissionais decidiram se deslocar para uma área ainda mais central, a Avenida Afonso Pena.

A dinâmica de reterritorialização da prostituição de rua na cidade de Belo Horizonte pode ter-se dado de acordo com o mapeamento abaixo, segundo os relatos de Walkiria La Roche. É importante dizer que tal reterritorialização se deu pela pressão social exercida sobre as profissionais do sexo, fazendo com que elas se sentissem pressionadas a se relocar.

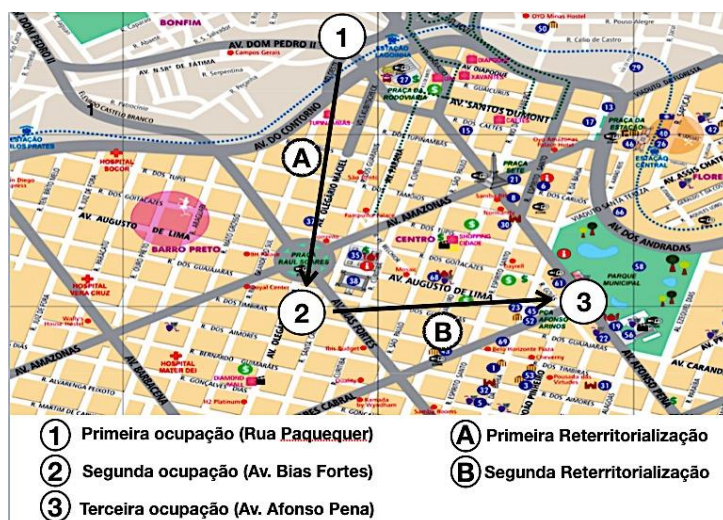


FIGURA 8: Mapa temporal da reterritorialização da prostituição de rua na cidade de Belo Horizonte.

FONTE: pbh.gov.br (modificado pelo autor).

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Ao pensar neste sintagmático ator citado por Raffestin, há de se pensar nos atores de formação espacial da Avenida Afonso Pena, ou seja, as travestis e as prostitutas que territorializam a prostituição neste espaço. Prostituição conhecida e reconhecida simbolicamente e espacialmente pela sociedade belo-horizontina e por seu governo.

Ao dar continuidade a suas ideias, Raffestin (1993, p. 144) coloca que:

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.

Ao se projetar no espaço através de ações e comportamentos, a prostituição toma posse do que Raffestin vai denominar de códigos, de sistemas sêmicos, realizando, portanto, as objetivações do espaço, produzindo assim processos sociais.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo tem com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente (RAFFESTIN 1993, p. 153).

Segundo Raffestin, é possível afirmar que o grupo de indivíduos que mercantilizam o sexo, ou seja, as prostitutas, os michês e as travestis são produtores de território e o delimitam.

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)  
A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam [...]. O território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143 apud SOUZA, 2001, p.96)

Souza (2001) relata em seus estudos que as grandes metrópoles modernas, diante de sua complexidade, demonstram o que ele chama de “territórios flexíveis”. De acordo com a observação colocada pelo autor, a metrópole Belo Horizonte é detentora destes territórios flexíveis. Diz ele:

O território da prostituição feminina ou masculina (prostitutas, travestis, michês), onde os “outros” tanto podem estar no mundo exterior em geral (de onde vêm os clientes em potencial) quanto, em muitos casos, em um grupo concorrente (prostitutas *versus* travestis), com os quais se pode entrar em conflito. Estes territórios, comumente encontrados naqueles locais próximos ao *Central Business District* (CBD), que se convencionou chamar *blighted areas*, áreas de obsolescência ou “espaços deteriorados”, muitas vezes [...] são “apropriados” pelo respectivo grupo apenas a noite. Durante o dia as ruas são tomadas por outro tipo de paisagem humana, típico do movimento diurno [...] (SOUZA, 2001, p. 88).

O mundo do exterior citado por Souza é uma expressão que remete à existência de dois mundos, um formado pela sociedade em geral; o outro formado pelo mundo marginal, também conhecido como submundo. A descrição do autor se encaixa a diversos panoramas de espaços territorializados pela prostituição na capital mineira.

As Avenidas Afonso Pena e Dom Pedro II, por exemplo, reproduzem a dinâmica apresentada por Souza, chamada pelo autor de territorialidade cíclica: durante o dia o comércio intenso e a circulação de mercadorias e pessoas, escritórios, moradores, restaurantes, bancos, dentre outros. Ao fim do expediente comercial, o cenário diurno se apaga e dá luz a outro comércio, ocupado pela mercantilização do sexo.

Segundo Souza (2001), o caráter cíclico deste tipo de territorialização, com uma alteração de uso habitual dos usos diurno (identificado como “decente”) e noturno dos mesmos espaços encontra-se representado pelo exemplo fictício do próprio autor demonstrado abaixo.



FIGURA 9: Representação fictícia da territorialidade cíclica em cidades.

FONTE: SOUZA, 2001, p.89

O geógrafo afirma que os territórios da prostituição são muito “flutuantes” ou “móveis\_”, ou seja, são instáveis se movendo constantemente, formando uma identidade relativa. Este conceito pode ser observado no testemunho de Aparecida Vieira, presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais – APROSMIG, em que ela afirma que a ocupação da prostituição nas ruas da cidade se dá de acordo com os horários e movimentos de transeuntes e, se algum espaço começar a ficar muito cheio ou obsoletos, novos lugares são ocupados.



FIGURA 10: Representação fictícia da territorialidade cíclica em cidades.

FONTE: SOUZA, 2001, p. 90

Souza (2001) dispõe o conceito de espaço social e emaranha o homem na interação com um espaço transformando a natureza através do trabalho, dizendo:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço econômico: é inconcebível com um espaço que tenha sido alvo da valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social. (SOUZA, 2001, p.96).

Diante da perspectiva do geógrafo, a interação da prostituta e da travesti com o espaço dispõe a formação do território e também do espaço econômico, através da valorização do trabalho nele exercido, dispondo, assim, uma relação de poder não somente com o espaço.

O território, no entanto, não é formado apenas pela axiologia, mas pelo capital, ou seja, o sistema capitalista também é formador do território a partir do momento em que seus atores, os capitalistas, geram significados e valores a determinados espaços. A especulação imobiliária, econômica e comercial dada por estes autores impõe uma nova dinâmica territorial e afronta o espaço constituído pela prostituição.

No ano de 2007, o poder público do município de Belo Horizonte, encontra-se o Projeto de Lei número 450/07 de autoria do então Vereador Alexandre Gomes, que propôs a proibição do funcionamento de motéis, hotéis, pensões e albergues na “Cruz da zona”. O então vereador tinha pretensões de transformar a área em Área de Diretrizes Especiais (ADE), visto que, segundo ele, a área se mostra degradada pelos inúmeros prostíbulos, casas de vídeos pornográficos e shoppings populares. Gomes desejava dar uma nova dinâmica ao local, favorecendo-o ao processo de revitalização urbana, requalificando a área para que se torne uma área residencial. O projeto de lei foi revogado por falta de quórum.

Apesar da revogação desse projeto, o assunto não foi esgotado. O jornal local “O Tempo” publicou, em 01 de outubro de 2009, a reportagem de Flaviane Paixão sobre a especulação comercial da região para a copa de 2014, que especulava a região para construção de empreendimentos de alto padrão. O projeto também não teve sucesso.

Desde 2016, a APROSMIG, luta para a construção do “Museu das Putas” (alinhado a uma biblioteca pública, que se dá através de um projeto voluntário que pretende reunir R\$ 1,6 milhão para revitalização de um casarão de 1920, situado na Cruz da Zona. No casarão tombado, uma das primeiras casas de prostituição da Guaicurus, funcionou a casa de massagens de Florinda, "nome de guerra" da mulher que habitou e trabalhou no local até a década de 1980. O imóvel ficou abandonado após a sua morte, sendo depois tombado pelo município. A perspectiva de inauguração é para o ano de 2022. Em entrevista publicada pelo sítio virtual da Notícias UOL, em 14 de setembro de 2019, Maria Aparecida relata:

"O Museu do Sexo das Putas não é só o registro histórico da Guaicurus. É também uma forma de falar sobre a necessidade de dar direitos e políticas públicas às profissionais do sexo e também sobre a questão da violência contra as mulheres", afirma Cida Vieira. É um direito delas serem vistas como mulheres trabalhadoras. É importante dizer: respeite o trabalho sexual das mulheres. É um trabalho digno como outro qualquer. É com esta renda que elas sustentam a casa, os filhos e a família"

Diante de toda a especulação comercial para a “Zona Grande”, o fato é que não havia destino para duas mil e quinhentas a três mil mulheres que ali trabalham.

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (LEFEBVRE, 1999, P. 110-111).

Os dominantes do poder reproduzem o sistema e ordenam os espaços urbanos para que o uso do capital se dilate. Proporcionam a regulamentação dos espaços da cidade e sua apropriação territorial de acordo com interesses específicos, desconsiderando a apropriação de grupos marginais, como pode ser percebido no caso da desapropriação de territórios anteriormente ocupados pela prostituição.

O conflito de valores entre o capital e a prostituição para determinados espaços produz o conflito social desencadeando a segregação urbana socioespacial das profissionais do sexo.

### **A voz das organizações sociais e das prostitutas**

Dentre as metodologias propostas para a constituição desta pesquisa, estão entrevistas realizadas com entidades governamentais e não governamentais que trabalham diretamente com o público alvo deste trabalho, prostitutas e travestis. Tais como, a coordenadoria de diversidade sexual do Estado de Minas Gerais; a Associação das Prostitutas de Minas Gerais; a Pastoral da Mulher Marginalizada; a Associação imobiliária de Belo Horizonte.

Walkiria La Roche, representante governamental entrevistada da SEDESE, afirma que questão da prostituição é de total conhecimento do Estado e que não se tem dificuldade de contato, assim como articulação com os movimentos sociais. Fato não identificado nas entrevistas com os grupos de profissionais do sexo e as entidades organizacionais que lidam com a prostituição, poderá ser observado que pouco ou nada se reconhece da ação ou articulação do Governo do Estado a favor desse grupo. Roche, afirma a inculpabilidade do Estado no que diz respeito à segregação espacial e culpabiliza a sociedade, mas afirma que a sociedade nunca teve sucesso. O mapeamento de perda do espaço de trabalho apresentado na página 09, demonstra o contrário.



Maria Aparecida Menezes, presidente da APROSMIG -Associação das Prostitutas de Minas Gerais, determina que o trabalho da prostituta é um trabalho como outro qualquer, pelo fato de girar a economia e desabafa, dizendo que o governo só tem olhos pras prostitutas em períodos eleitorais, mas que comerciantes apoiam a prostituição devido ao aumento de clientes. Já Fábio Lobato, diretor financeiro do Sindicato dos Imobiliários de Minas Gerais, diz o contrário, que moradores e comerciantes não desejam o convívio e que desvalorizam os imóveis e diz: “Nenhum pai se sente confortável que seu filho seja criado em um local de mau comportamento. É evidente que não condiz com a formação religiosa, social e familiar que advêm das famílias que moram no local onde a prostituição está. E afirma o desejo de uma segregação espacial como a ocorrida no início da cidade.

José Antônio, coordenador da APMM - Pastoral da mulher marginalizada, afirma que a Pastoral não tem intenção em retirar a mulher da prostituição. Ele declara que o Estado reconhece territórios marginalizados e que existem por falta de políticas públicas e a insensibilidade social. Antônio afirma que pelo governo municipal, as prostitutas são consideradas mulheres de segunda categoria, não tem direito ao uso dos órgãos de saúde. E que a segregação urbana é uma realidade.

Sobre a integração de instituições, percebe-se, então, que não há integração entre nenhuma das partes, ou seja, Governo do Estado e Municipal, LGBT, APS-BH, PMMBH, APROSMIG e outros que trabalhem direta ou indiretamente com as prostitutas. A união destes órgãos pode possibilitar o empoderamento político, social e até econômico desses órgãos e favorece aos profissionais do sexo, público alvo de interesse dessas instituições.

O tratamento que se dá à mulher prostituta exposto por Antônio é a declaração exposta da discriminação e da segregação socioespacial imposta pelo poder público às profissionais do sexo. As relações de cabresto sobre sua cidadania e a sua ausência de pertencimento ao local definem o alto grau de exclusão das prostitutas, não só ao território político geográfico ocupado por elas, mas a falta de direito aos bens comuns do cidadão e acessibilidade ao direito da cidade e seu uso. A afirmação dessa alienação apresentada por Antônio está no fato da desconsideração da situação de cidadã da prostituta e da não consideração de sua existência no território geográfico e no espaço social e político. Ele afirma:

Se poderia pensar: quem é o autor desse 'espaço cultural'? Quem fez esse espaço cultural ser conhecido?! As mulheres são as protagonistas, exploradas, estigmatizadas. Muitas dela deram o sangue, literalmente, para que esse espaço fosse conhecido. Quando encontramos pessoas, moradores ou trabalhadores, que deixam sua vida por algum lugar, podemos dizer que essa pessoa deu seu próprio sangue por aquele lugar! A presença dessa pessoa nesse espaço é muito forte! É algo que vai além do econômico!

José Antônio diz que esse mecanismo tem muito a ver com o sistema econômico. E expõe:

[...] pode ser mais ou menos discutível, mas eu considero que o fator predominante dessa segregação é o próprio desenvolvimento capitalista, que já provocou essa segregação no passado, agora provoca de uma maneira peculiar, característica nessa época. Essas pessoas são consideradas material descartável. Não estou falando unicamente da prostituição de rua, estou falando também de outras pessoas que participam dessa situação de segregação, certamente como material descartável, material não útil ao sistema e não interessa.

Antônio defende a visão de que a prostituição de rua sofre sim a segregação e que o sistema não tem interesse nesse grupo. Diz que na visão economicista, estes não são úteis e,

portanto, sobram no sistema e que o centro como símbolo da cidade não pode permitir qualquer tentativa de lembrança dessas pessoas.

Precisamente a segregação tem uma consequência que converge essas pessoas aos sonhos e à sociedade, em traumas. E não se vê que se segregamos essas pessoas, não vamos considerá-las como humanos, elas não existem ou não têm a consideração e respeito. Embora possa parecer simplificador, o sistema econômico se aproveita, por exemplo, as próprias igrejas participam dessa cumplicidade? Sim! Mas o sistema econômico se aproveita das ideologias dessas igrejas para reforçar sua discussão, sua pressão, e usa também ONGS, associações e organismos para fortalecer essa segregação.

A visão das prostitutas se deu através de questionários que foram respondidos diretamente pelas profissionais, auxiliadas pelo pesquisador. Foram pesquisadas mulheres com idade entre os 18 e 57 anos, e que exercem a profissão há apenas 02 meses, assim como mulheres que já trabalham como prostitutas há 40 anos, não sendo possível estabelecer uma medida.

Das 20 prostitutas que foram entrevistadas, 14 (70%) vivem da dependência financeira do trabalho de prostituição, não tendo nenhum outro tipo de trabalho. Apenas 01 (5%) possui curso superior em enfermagem e permanece na prostituição, 01(5%) é universitária, estudante de Odontologia, 02 (10%) são analfabetas, 08 (40%) possuem ensino fundamental, 08 (40%) possuem ensino médio. Apenas uma deseja voltar aos estudos.

Dentre as mulheres entrevistadas, 11 (55%) delas se consideraram discriminadas de alguma forma e 09 (45%) declaram jamais terem sido discriminadas. Das 20 mulheres pesquisadas, 13 (65%) delas dizem que nunca foram agredidas e 07 (35%) delas declararam que já foram agredidas de alguma forma por causa da sua profissão.

Sobre a quem as prostitutas atribuem as agressões e discriminações que sofrem em seu trabalho, 07 (35%) das entrevistadas declaram que nunca foram agredidas ou discriminadas, 04 (20%) foram agredidas ou discriminadas por clientes no momento de trabalho, 01 (5%) atribuiu a agressão ao companheiro, 01 (5%) a comerciantes e, por fim, 01 (5%) a transeuntes. O número de pessoas que não responderam foram 06, o que corresponde a 30% das pesquisadas. Ao serem tabulados estes dados, foi feito um comparativo com a agressão e discriminação direta que estas prostitutas já sofreram. 13 (65%) dessas mulheres dizem nunca ter sido agredidas e 09 dizem nunca ter sido discriminadas o que demonstra que entre 03 a 07 mulheres que não se consideraram agredidas ou discriminadas atribuíram responsabilidade de agressão e discriminação a alguém e podem estar ligadas a agressões e discriminações próprias não declaradas, ou simplesmente a agressões vistas no seu trabalho no dia a dia.

Das prostitutas pesquisadas, 09 (45%) delas se sentem excluídas socialmente de alguma forma e 11(55%) se sentem incluídas socialmente. Sabrina, natural de Uberlândia, que trabalha em Belo Horizonte há 02 anos, diz que na capital não se sente excluída, mas na sua cidade as coisas são bem diferentes. Barbara, há 11 anos na profissão, diz que a prostituta não tem valor e nem respeito social e por isso se sente excluída.

Das 20 mulheres pesquisadas, 15 (75%) delas não conhecem ou reconhecem a existência das políticas públicas voltadas para as profissionais do sexo e apenas 5 (25%) as percebem. Dentre as que percebem, muitas confundem políticas públicas com ações não governamentais.

No que tange ao reconhecimento das profissionais quanto à percepção de órgãos representativos como ONG's, pastorais, associações, dentre outros, voltados a ajudar, percebeu-se

a inversão quanto ao reconhecimento governamental. Das entrevistadas, 14 (70%) delas conhecem ou percebem a presença e/ou atuação dos órgãos, enquanto 06 (30%) não reconhecem. Dentre elas, a PMMBH e a APROSMIG são as mais conhecidas. Somente 08 (40%) delas acreditam que os atuais programas de apoio profissional são eficazes diante da necessidade existentes, enquanto 12 (60%) não dão crédito aos programas, demonstrando que se faz necessária a ação mais eficaz desses órgãos.

Visando ainda a ação do Estado e da sociedade sobre o trabalho da mulher prostituta, foi questionado sobre as relações de boa convivência com as autoridades policiais e com os moradores e comerciantes nos locais onde a prostituição atua. Quanto à relação com os policiais, 02 (10%) das mulheres dizem que não há nenhum tipo de relacionamento, 01 (5%) diz que é ruim, 02 (10%) dizem que é regular, 12 (60%) das entrevistadas dizem que o relacionamento é bom e, por fim, 03 (15%) delas dizem que o relacionamento é ótimo. Quanto à relação com moradores e comerciantes, apenas 01 (5%) não respondeu, 01 (5%) disse que é ruim, 10 (50%) declaram serem boas as relações e 04 (20) declaram excelência nas relações sociais entre moradores/comerciantes com as prostitutas.

Percebe-se, então, que a maior parte das entrevistadas reconhece que o relacionamento social com os policiais é de boa qualidade, o que demonstra que, apesar da falta da presença efetiva do Estado nos territórios da prostituição, os agentes da segurança pública se mostram mais bem preparados ao lidar com este público. Compreendem-se estes dados como uma afirmativa ao relato do SEDESE que identifica o trabalho de preparação e educação desta guarda.

Ao serem questionadas se têm perspectiva de melhorias para a profissão no local onde trabalham, 05 (25%) delas acreditam que sim, 04 (20%) mulheres dizem que talvez possa haver mudanças e 11 (55%) delas desacreditam em qualquer tipo de mudança. Rose, há 10 anos na profissão, diz que as melhorias seriam apenas para que as prostitutas pudessem se distrair (fazendo referência a um tipo de lazer), ou para que elas saíssem da prostituição.

A falta de credibilidade nas ações governamentais e sociais para a melhora dos espaços onde a prostituição se estabelece, também pode ser percebida nos questionamentos feitos às prostitutas. Acredita-se que a incredibilidade desse grupo provenha da falta de diálogo entre as partes, ou seja, entre as profissionais do sexo, as organizações de interesse público, as organizações de interesse do grupo, a sociedade e o governo.

### **Considerações finais**

Relacionar toda a problemática da segregação nesta pesquisa seria impossível, assim como lidar com o todo que circunda a segregação urbana socioespacial. No entanto, trabalhar com o tema específico sobre a segregação urbana socioespacial que incide sobre as profissionais do sexo na cidade de Belo Horizonte se mostrou extremamente importante, diante do desamparo social sofrido por este público e a possibilidade de melhorias através da discussão e ações para o grupo e para o território urbano em que está inserido.

Belo Horizonte ainda parece estar sob o plano simbólico que desejou romper com o velho e o arcaico em nome do moderno e da modernidade no início da história da capital mineira. Para tal, continua a reforçar os laços mandonistas, segregacionistas e amputadores da liberdade política e social, reflexo de um sistema ainda arcaico.

Apesar dos avanços advindos da revolução sexual no último século, a liberdade de trabalho das prostitutas e travestis continua, segundo a visão de LANGANEST (1997), ou seja, a prostituição ainda possui um caráter negativo diante da sociedade e do governo que continuam até os dias de hoje a condená-la e marginalizá-la, contudo, essa sociedade que a inviabiliza também

continua a sustentá-la através da procura pelo sexo pago. As profissionais do sexo atualmente continuam alvo do impulso moralista dos grupos sociais dominantes através da higienização material e simbólica. Além disso, a similaridade continua em organizações como a Pastoral da Mulher Marginalizada, onde há cursos de uma espécie de reabilitação, numa tentativa de retirar essas mulheres do que chamam de “estado de prostituição”.

O controle dos indesejados no município de Belo Horizonte também caminhou com a cidade desde o início de sua criação e perdura até os dias atuais. Os arcaicos conceitos de políticos de 1912, parecem ainda recair sobre os atuais fomentadores de lei no município. A criação de registro de mendigos e prostitutas nos primeiros anos da capital, a retirada de sem tetos da área central, o deslocamento das casas de prostituição para bairros marginalizados fora do alcance da paisagem urbana, a retirada das profissionais do sexo do Bairro Lourdes, e o projeto de lei 1.450/07, a tentativa de retirada das prostitutas pelo evento da copa de 2014, configuram a presença histórica da segregação urbana socioespacial na metrópole Belo Horizonte e a continuidade da segregação e da higienização na capital.

Diante da sua real presença na cidade, as prostitutas e travestis ocupam seu espaço de trabalho nas ruas, casas, cabarés, hotéis, dentre outros. Essa prostituição territorializa, desterritorializa e reterritorializa o espaço pelo seu trabalho. Os cidadãos belo-horizontinos, sejam eles jovens, adultos, mulheres ou homens, conhecem ou reconhecem tais locais como zona de meretrício. Este poder exercido pelo trabalho e defendido pelo mesmo autor como um fenômeno de territorialização, ou seja, as relações existentes pela ação, pelo trabalho, pela presença, pelo reconhecimento, dentre outros fatores, formam e afirmam a territorialização simbólica da prostituição na capital mineira.

O sistema do capital faz especulações econômicas dos locais ocupados pela prostituição no urbano. Dentre estas especulações, encontra-se a área da Grande Zona, que, desde sua criação, sofre interesses de intervenção. Dentre estas especulações, jamais foram regidos quaisquer interesses ou projetos voltados direta ou indiretamente para as profissionais do sexo que ocupam e territorializam o local. Novas casas de tolerância se abrem na cidade de forma camuflada e a prostituição tende a se pulverizar na metrópole, descentralizando-se.

A falta de acesso aos direitos à cidade não está expressa apenas na tentativa de expurgar a prostituição do seu espaço territorializado. Ela também se mostra na falta de acesso aos bens comuns e de direito do cidadão. Os serviços que são negados à prostituta, determinam a segregação aos serviços de bens sociais comuns a todos e quaisquer cidadãos. Tal fato exclui a prostituta do direito ao território político geográfico, aos bens comuns e básicos do cidadão, ao direito ao uso da cidade e ao acesso à assistência governamental. Tal fato define, segundo o olhar de Villaça (2003), a segregação urbana das prostitutas.

As perdas do espaço da prostituição na capital mineira não se deram somente no deslocamento da prostituição de rua através dos tempos. O antigo Quadrilátero da Zona, perdeu sua geometria. Atualmente, a zona ocupa menos de um terço do espaço que era ocupado no passado e é chamada de Grande Zona. Este fenômeno descreve a segregação segundo Villaça (2003), demonstrando esta segregação na forma de exclusão social, apresentada na dimensão espacial.

O fato parece não incomodar o governo estatal que, segundo Walkiria La Roche, está disposto a tratar de demandas sociais, fomentar diálogos e propor intervenções. Não há como negar a existência da demanda numa cidade, onde segundo a APROSMIG, é possível que haja mais de quatro mil prostitutas ocupando a área central da cidade, seja na rua, em hotéis de batalha, casas de tolerância, boates, casas de show, dentre outros. O governo exclui as travestis e prostitutas da

participação e vivência social ao negar sua participação nas decisões da cidade e do local onde trabalham, negando também o direito à coletividade e à democracia.

Compreende-se que seria função de uma gestão social o papel de preencher o espaço das relações, situado no espaço vazio deste triângulo. Segundo Dowbor (1999), cabe à Gestão Social a reorganização social, portanto, seu papel pode-se dar na dinâmica de interlocutora social, organizando e redefinindo as relações políticas, econômicas e sociais, promovendo diálogos, decisões, integração e até fusão entre os atores estatais, sociais e as profissionais do sexo.

Segundo Carvalho (1999), é compromisso da Gestão Social assegurar ao cidadão (dentre eles as prostitutas e travestis) por meio de políticas e programas públicos acesso a bens como a saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, dentre outros. Estes acessos sempre foram restritos às profissionais do sexo. O direito à saúde é restrito, visto a falta de acesso aos serviços públicos próximos aos locais de trabalho. O acesso à educação, mesmo que de formação laboral, também é negado ou restrito. O acesso ao reconhecimento da moradia, mesmo que temporária, como nos hotéis de tolerância com direito ao uso dos serviços públicos locais também é restrito, assim como o acesso ao direito básico de reconhecimento do trabalho exercido e aos direitos e deveres sobre este.

Ressalta-se o fato de que a Gestão Social não deve gestar apenas processos, executar, ordenar, organizar e avaliar como já exposto anteriormente. Mas deve intervir, criar, dinamizar recursos e políticas públicas que viabilizem não só a integração, mas a reintegração da mulher e da travesti prostituta no corpo social, mediante seu real e igualitário direito e dever como cidadãs, promovendo qualitativamente a harmonia social. Segundo Carvalho (1999), a Gestão Social é a gestão das demandas das necessidades do cidadão, portanto, é fato que as profissionais do sexo, mediante sua segregação socioespacial, são excluídas dos seus direitos como cidadãs.

Como um dos fomentadores de diálogo, o reconhecimento das ONG's foi algo levantado nesta pesquisa. O número de entrevistadas que reconhecem o trabalho das ONG's se mostrou muito mais intenso entre as mulheres do que entre as travestis. Esse fato talvez se dê pelo menor número de ONG's que trabalha com o segundo público. Mesmo com 20 (77%) das entrevistadas (re)conhecendo as ONG's, ao analisar quantas delas já participaram de alguma ação promulgada por essas organizações, apenas 04 (12%) disseram já se ter envolvido nas atividades dos órgãos. O reconhecimento pode representar uma boa ação de diálogo, uma boa propaganda ou uma política existente por parte das ONG's, no entanto, é certo que suas ações devem ser intencionadas no que diz respeito à participação do seu público alvo, visto que, mesmo conhecendo ou reconhecendo seus trabalhos, o número de participações se mostra irrisório.

A segregação urbana socioespacial da prostituição em Belo Horizonte gera inúmeros conflitos a este grupo como a falta de acesso e/ou restrição ao uso da educação, do trabalho legal, da saúde, da família, do território, da religião e de tantos outros apresentados nesta pesquisa. Diante dos conflitos, percebe-se a exclusão tridimensional colocada por Rattner (1999), a dimensão material e objetiva da desigualdade social e econômica; a dimensão ética da injustiça social e dos preconceitos e a dimensão subjetiva de sofrimentos impostos a milhões de seres humanos.

Baseado na concepção de Carvalho (1999), fazem-se necessários programas, projetos e políticas sociais como canais de diálogo que visem às necessidades e demandas das profissionais do sexo, e daqueles que vivem e convivem no espaço ocupado por estas profissionais como moradores, trabalhadores e transeuntes. Mas esta não é uma função exclusiva da Gestão Social, devendo partir do Estado em conjunto com a sociedade através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, ou seja, a responsabilidade social se dá de forma compartilhada e cabe ao Estado, às ONG's, às organizações, às associações, aos moradores, aos comerciantes, às

profissionais do sexo e outros que se reúnam, dialoguem e formatem uma nova dinâmica, um novo sistema que promova o equilíbrio e a integração social, apartado da segregação urbana socioespacial.

Diante do exposto por Dowbor (1999), é importante para o sistema capitalista o equilíbrio social pela possibilidade de desenvolvimento econômico do próprio espaço de interesse, sendo este equilíbrio uma possível ferramenta a favor do crescimento e desenvolvimento econômico. Não há intuito aqui de demonizar o sistema capitalista e a sociedade contemporânea, contudo, há de se compreender que a desvalorização do território não está apenas na desvalorização econômica. Há, então, de se propor novos modos de ação, fundamentados numa gestão participativa, como reflete Castoriadis (1983, p. 22):

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões, não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por auto definição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis.

Enquanto, de um lado, a sociedade e o governo marginalizam e invisibilizam as profissionais do sexo, com valorização do capital e a melhoria do visual da cidade, do outro, estão as profissionais que tendem a se manter resistentes em sua existência a “pedido” do próprio mercado, pela lei da oferta e da procura proporcionada pela própria sociedade que a sustenta, ou pela falsa promessa às prostitutas e travestis de liberdade de uma vida melhor. As expectativas de vivência e convivência entre sociedade, governo e profissionais do sexo tendem, diante do exposto, a se manter no mesmo formato e patamar de estigmatização, segregação e higienização, caso não haja uma intervenção social e política participativa. Uma responsabilidade que não cabe somente aos governos, mas à sociedade civil e suas organizações.

Segundo Engels (1985), o capitalismo transforma a cidade em células. Alegorizando, pode-se dizer que isso não a desobriga a deixar de formar um corpo, ao contrário, o corpo só é possível mediante a organização e multiplicação das células. A má formação das células através da segregação urbana socioespacial deixa a cidade enferma numa espécie de câncer social, político e econômico. Faz-se necessário cuidar coletivamente da saúde social da cidade.

Diante do exposto, deixa-se aqui a importante ideia de José Antônio:

Espera-se que os poderes públicos e a sociedade civil olhem de frente essa realidade e procurem deixar de lado qualquer tipo de preconceito e que elas sejam consideradas realmente como o que são: cidadãs, mães e mulheres responsáveis também pela caminhada da sociedade civil.

## Referências

- ANDRADE, L. T; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da Prostituição em Belo Horizonte. Caderno Metrópole, n. 11, p. 137-157, 1º sem. 2004
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. São Paulo:Cortez. 2005.
- DOWBOR. L. A gestão social em busca de paradigmas. In: Gestão Social: uma questão de debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
- ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Tradução: Rosa Camargo Artigos e Reginaldo Forti. São Paulo: Global. 1985.
- KORNIN, T. MOURA, R. Metropolização e Governança Urbana: Relações transescalares em Oposição a Práticas Municipalistas. GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 16. São Paulo, 2004.

LANGANEST, J.P. Barruel de. Mulheres em leilão: Um estudo da prostituição no Brasil. Petrópolis:Vozes. 1973.

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Lefebvre Henri, O direito à cidade, São Paulo, Ed. Moraes, 1991.

MAZZARIOL, Regina M. Mal necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. UNICAMP. 1976. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281413>

>. Acesso em 28 jul.2020.

PAIXÃO, Flaviano. Jornal O Tempo on-line. Disponível em <[http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?optio=com\\_content&view=article&id=4807:belo-horizonte-prostitubulos-na-guaicurus-podem-ser-trocados-por-hoteis-de-luxo&catid=1:latest&Itemid=175](http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?optio=com_content&view=article&id=4807:belo-horizonte-prostitubulos-na-guaicurus-podem-ser-trocados-por-hoteis-de-luxo&catid=1:latest&Itemid=175)> Acesso em 26 maio2020

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATTNER H. Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ROLNIK, R. O que é a cidade. 3 ed. Pinheiros,SP: BrasilienseE, 1988.

SANTOS, M. O retorno do território. Debates. OSAL255. Ano VI, nº 16 ENERO-ABRIL. 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, CSABA & SCHIFFER, Sueli R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo:USP, 1999.

Sites:

Disponível em <[http://www.correiadoestado.com.br/noticias/travesti-de-cuiaba-e-1-a-contribuir-com-o-inss-como-do-ramo\\_103983/](http://www.correiadoestado.com.br/noticias/travesti-de-cuiaba-e-1-a-contribuir-com-o-inss-como-do-ramo_103983/)> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2327864/art-229-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2327527/art-231-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em 20 maio. 2020.

Disponível em <<http://www.letradamusica.net/carlos-bahr/pecado.html>> Acesso em 20 maio. 2012.

Disponível <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/14/bh-tera-museu-do-sexo-das-putas-para-abrigar-memoria-de-sua-zona-boemia.htm>> Acesso em 21 set. 2020.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

## **A CARTOGRAFIA NA PERSPECTIVA DO 6º ANO, NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JOAQUIM MOREIRA, FORMOSA-GO.**

**Felipe dos Santos Silva**<sup>2</sup>

**Raquel Pereira dos Santos**<sup>3</sup>

**Jakeline Martins da Silva**<sup>4</sup>

**Jéssica Bispo Montalvão da Paixão**<sup>5</sup>

**Igor Barbosa da Conceição**<sup>6</sup>

### **Resumo**

O projeto foi aplicado na Escola Municipal Professor Joaquim Moreira, localizada no setor Formosinha, da cidade de Formosa-Go, no ano de 2019. Esse trabalho foi desenvolvido como parte dos requisitos básicos para aprovação na disciplina estágio supervisionado II em Geografia, ministrada pelo Prof. Me. Rodrigo Salomão. Trata-se de um projeto de cartografia a partir das particularidades onde vivemos alunos. O projeto foi aplicado para os alunos dos 6º anos. Este trabalho teve como objetivo trazer algo inovador para o ensino de geografia da descrita escola, ao tempo que proporcionou estudar a Geografia através de imagens levando para uma perspectiva mais local. O Projeto foi realizado por meio de oficinas cartográficas com aulas expositivas, e com confecções de mapas. Dessa maneira, foi possível alcançar os resultados esperados por parte dos alunos de aprender os conceitos da cartografia com foco principal nas noções de localizações e os componentes de um mapa.

**Palavras-chave:** Cartografia, Localização, Ensino de Geografia.

### **Resumen**

El proyecto se aplicó en la Escuela Municipal Profesor Joaquim Moreira, ubicada en el sector Formosinha, en la ciudad de Formosa-Go, en el año 2019. Este trabajo se desarrolló como parte de los requisitos básicos para la aprobación en la disciplina de prácticas supervisadas II en Geografía, enseñado por el Prof. M. Rodrigo Solomon. Se trata de un proyecto de cartografía basado en las particularidades del lugar de residencia de los alumnos, el proyecto se aplicó a alumnos de 6º de primaria. Este trabajo tuvo como objetivo aportar algo innovador a la enseñanza de la geografía en la escuela descrita, al mismo tiempo que brindó el estudio de la geografía a través de imágenes desde una perspectiva más local. El Proyecto se llevó a cabo a través de talleres cartográficos con clases expositivas y con la elaboración de mapas. De esta manera, fue posible lograr los resultados esperados por los estudiantes de aprender los conceptos de cartografía con un enfoque principal en las nociones de ubicaciones y los componentes de un mapa.

**Palabras clave:** cartografía, ubicación, enseñanza de la geografía.

### **Introdução**

A geografia é uma das ciências que necessita de um conhecimento empírico, pois é um dos seus pilares e objetos de estudo. Muitos geógrafos tanto no âmbito educacional quanto no âmbito técnico definem que para se ter uma boa compreensão da sua realidade é preciso haver uma junção entre teoria e prática. A escola é um espaço de vivência em que os alunos de diferentes culturas

---

<sup>2</sup> Felipe dos Santos Silva Graduado Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>3</sup> Raquel Pereira dos Santos Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>4</sup> Jakeline Martins da Silva Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>5</sup> Jéssica Bispo Montalvão da Paixão Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>6</sup> Igor Barbosa da Conceição Graduado Licenciatura em Geografia – UEG.



trocam experiências de diversas tipologias. É também um ambiente de socialização onde existem pessoas que habitam diferentes lugares da cidade.

O estudo geográfico ganha um papel importante quando lembramos que a escola é um palco de diferentes realidades. É de suma importância que a escola e os conteúdos aplicados relacionados a geografia abordem questões básicas e teóricas que envolvem uma análise geográfica da realidade de cada aluno e também da escola. Alguns conteúdos básicos relacionados a realidade geográfica, são eles; conteúdos de localização geográfica, rosa dos ventos, coordenadas etc. Muitos livros didáticos representam de forma bem simples e de fácil acesso a esses conteúdos, alguns livros também acompanham o avanço da tecnologia e transmite para o ensino básico. Isso é primordial, pois as tecnologias que circundam a geografia é um dos fatores fundamentais que alimentam essa ciência.

A cartografia passada nas escolas é baseada em conceitos básicos, mas que é fundamental para um entendimento de localização geográfica. Para esse entendimento e conhecimento do aluno, a capacitação e o domínio de conteúdo do professor é um fator necessário para a assimilação do conteúdo de cartografia.

Normalmente, as escolas utilizam como material didático, livros, mapas, quadro negro e Atlas para o conteúdo de cartografia, esses são recursos excelentes, mas tem alguns pontos negativos. Um dos pontos negativos é a falta de material que represente a realidade do aluno, essa deficiência dificulta a compreensão dos alunos referente ao conteúdo.

A metodologia para o ensino da cartografia é um elemento fundamental. Uma vez que cada turma tem uma particularidade de assimilação do conteúdo diferente, a quantidade de alunos interfere bastante, pois alunos que sentam no fundo da sala enfrentariam uma dificuldade para a compreensão dos símbolos e outros detalhes do mapa caso ele fique no quadro. Então, é necessário procurar entender e sanar essas dificuldades, alternando metodologias, mas sempre utilizando de materiais didáticos para a relação dos conteúdos.

Nesse sentido tendo em vista que as metodologias evoluíram e que a globalização trouxe um arsenal de materiais didáticos aos ensinamentos de cartografia, entre eles a expansão das imagens de satélites que facilitam o entendimento da cartografia, isso se torna mais um meio de facilitar e relacionar os conteúdos de cartografia, então podemos nos adequar a realidade dos alunos e da escola e inserir ao máximo didáticas mais recentes. O projeto tem como objetivo geral trabalhar as práticas de ensino de Geografia através de aulas expositiva e imagem de satélite. Promovendo estudos dos conceitos de orientação, localização, cartografia e geotecnologias, mostrando a Geografia local através da documentação de imagens dos aspectos característicos dos lugares onde vivem os alunos. Para chegar a esse objetivo geral foi necessário percorrer alguns objetivos específicos, como comparar a paisagem local estabelecendo relação com o conteúdo. Utilizar a paisagem para aproximar o conteúdo da realidade do aluno. E elaborar um mapa temático para se trabalhar orientação.

### **Formulação do problema**

O ensino da geografia em específico a cartografia básica, necessita de um conhecimento teórico. É comum nas escolas a utilização de materiais didáticos básicos, que aborde muito bem essas teorias, mas é importante buscar alguns meios práticos que se relacionem aos conteúdos e que se integrem a realidade do aluno. Sabe-se que é difícil para um professor conciliar esses dois fatores. Porém, é essencial em alguns casos o uso de uma metodologia diferenciada, uma das principais dificuldades do ensino da geografia é isso, levar o aluno algumas práticas correlacionadas ao que é passado em sala de aula.

## Fundamentação teórica

Tendo em vista que no ensino da geografia é de muita importância frisar o cotidiano do aluno relacionando os com o que é passado em sala, para isso é imprescindível que o professor tenha um leque de metodologias e domínios do conteúdo e sempre levando em consideração o ambiente em que os alunos habitam. Em especial o ensino da cartografia, deve-se considerar que a cartografia não é um âmbito independente da geografia, mas que esse domínio da geografia pode se tornar um integrador de vários outros conteúdos que a geografia proporciona. Para Pimenta e Lima:

Esse conhecimento envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposição de soluções às situações de ensinar e aprender. Envolve experimentar situações de ensinar, aprender a elaborar, executar e avaliar projetos de ensino não apenas nas salas de aula, mas também nos diferentes espaços da escola (Op. Cit. 2012, p. 55).

Cavalcanti (2012) pondera e justifica que a alfabetização cartográfica colabora para capacidades e competências do aluno no que se refere as leituras de cartas mapas, orientação, localização, isso alimenta um raciocínio geográfico, e é tão importante quanto a alfabetização do português e matemática. Esse aprendizado acompanhara o aluno e servirá de base para outras áreas do conhecimento, como dito anteriormente é necessário considerar o ambiente do aluno e seus pontos de referencia, é crucial que ele entenda que ele é um sujeito com perspectivas críticas no que tange sua realidade geográfica, BENTO (2014, p.149).

Os produtos próprios da atividade humana não se reduzem à sua mera expressão exterior, mas são objetivos que prefiguram idealmente o resultado que se pretende e se manifestam também como produção de conhecimento (em forma de conceitos, hipóteses, teorias ou leis) mediante o qual o homem conhece a realidade. (PIMENTA, 2012, p. 101).

A cartografia escolar crítica abordada por Pereira (2017, p. 3) discute que o ensino da cartografia não pode ficar presa apenas nas teorias, até porque esse ensino teórico não é suficiente para a compreensão, então são necessárias práticas: interpretação de mapas, atlas entre outros materiais que estejam inseridos nos conteúdos cartográficos. O professor de Geografia tem um diferencial, ele pode trazer vários métodos de ensinamentos inovando a forma de transmitir conteúdos.

O professor de geografia tem como desafio buscar constantemente novos métodos e práticas que tornem o ensino cartográfico mais dinâmico e prazeroso, tanto para si quanto para os alunos, tentando conciliar a dualidade entre o ensino cartográfico teórico e o cotidiano do aluno. Para que isso possa ser possível, o ensino da cartografia deve ser expandido para além dos limites da sala de aula, e até mesmo da escola, PEREIRA (2017, p.4)

Com essas possibilidades que o professor de Geografia tem de inovar em suas didáticas, ele pode desenvolver diversas atividades ou propor inúmeras estratégias que facilitam o ensino da cartografia. O Sistema de Informações Geográficas (SIG) é um exemplo de que a tecnologia é uma grande aliada desses materiais didáticos, utilizando imagens de satélites e outros produtos derivados do SIG, podemos abrir muitos horizontes no ensino da Cartografia proporcionando vantagens ao ensino cartográfico, PAZINI (2005, p. 5).

A prática docente, quando considerada como prática social, historicamente construída, condicionada pela multiplicidade de circunstâncias que afetam o docente, a instituição, o momento histórico, o contexto cultural e político, realizar-se-á como práxis, em um processo dialético que, a cada momento, sintetiza as contradições da realidade social em que se insere, e assim se diferenciará de uma prática organizada de forma a-histórica, como sucessão de procedimentos metodológicos. A prática como práxis traz, em sua especificidade, a ação crítica e reflexiva do sujeito sobre as circunstâncias presentes, e, para essa ação, a pesquisa é inerentemente um processo cognitivo que subsidia a construção e mobilização dos saberes construídos ou em construção (FRANCO, 2012, p. 203-204).

Araujo (2013, p. 3) propôs um projeto intitulado “Aqui é o meu lugar” utilizando de imagens de satélites, esse projeto trabalhou com conceitos de lugar, paisagem e região, o projeto valorizou a realidades dos alunos onde reuniu as características regionais do mesmo projeto reuniu um acervo de imagens da região da caatinga. Foi preciso capacitar os alunos para desenvolver o projeto, para isso foi utilizado programas SIG de fácil acesso, as informações da cartografia geotécnica contemplam as necessidades da gestão ambiental em seus vários níveis, desde a formulação de políticas até o planejamento e o gerenciamento ambiental de diferentes setores e/ou territórios (FREITAS & CAMPANHA, 2007).

### **Metodologia**

O projeto foi desenvolvido entre etapas teóricas/práticas: A primeira foi uma aula expositiva do conteúdo a ser explorado no projeto, e logo em seguida mostramos como seria desenvolvido o projeto em sala de aula.

A segunda etapa consistiu em caracterizar a localidade da escola, e onde o aluno mora. Identificando nome de setores e ponto turístico conhecido por eles. Na etapa seguinte, foi realizado uma oficina de cartografia, onde os alunos tiveram uma noção sobre a leitura cartográfica e foram instruídos a cerca dos principais elementos que compõem um mapa (título, escalas, coordenadas geográficas, rosa-dos-ventos e legenda) e a importância de cada um.

Como etapa final, foi feita a produção de uma carta cartográfica, a partir de uma planta dos setores da cidade de Formosa, onde cada aluno criou seu próprio mapa, identificando seu bairro, bairro da escola, colocando todos os componentes de um mapa.

### **Caracterização área de pesquisa**

O projeto foi desenvolvido na escola municipal professor Joaquim Moreira, localizada no setor formosinha, da cidade de Formosa-Go.

A escola está situada no centro da cidade. O Colégio tem uma estrutura física simples com salas de aulas e biblioteca pequena, uma única sala para professores e dois banheiros (um para alunos do sexo masculino e outro para o sexo feminino). Atualmente o colégio tem em média 500 alunos matriculados entre as séries fundamental 1 e 2, serie divididas em matutino 8º e 9º anos no período vespertino 6º e 7ºanos.

### **Resultados e discussões**

Com o prévio conhecimento a cerca das turmas que propomos o projeto de estágio, onde fizemos algumas observações e constatamos aspectos relacionados aos conhecimentos prévios de cartografia dos alunos até aquele momento.

Acompanhando o andamento da programação feita pela professora regente, na qual havia planejado trabalhar fundamentos iniciais e básicos de cartografia para os alunos do 6º ano, tínhamos ciência que transmitir tudo o que planejamos para as turmas seria um pouco árduo, pois tínhamos que ter muita cautela em externar o conteúdo para os alunos, e também deveríamos considerar cuidadosamente quais didáticas iríamos usar.

Iniciamos as aulas com um pequeno questionário envolvendo perguntas sucintas para podermos averiguar o nível de conhecimento dos alunos sobre a cartografia básica. Notamos que houve um pequeno declínio na qualidade das respostas se compararmos as turmas A, B e C. A turma “A” teve um êxito maior e tivemos conhecimento que o motivo desse desequilíbrio se dava porque a turma “A” era composta por alunos que tiveram passagem no ensino fundamental 1 na própria escola e o restante das turmas tinha uma pequena tardança, pois eram oriundos de outras escolas onde houve um choque de didática se etc.

Após analisarmos as respostas de cada questionário pudemos nos situar quanto ao nível de conhecimento dos alunos. A partir daí, fizemos algumas alterações na metodologia que planejamos, e modificamos para uma metodologia que se adapta a realidade de instrução cartográfica das turmas. Para iniciar o projeto principal, extraímos um arquivo SHP de toda a malha urbana da cidade de Formosa-GO ( Figura 1), deixamos apenas o perímetro da área para que os alunos com suas mãos pintassem seus respectivos pontos e inserissem os elementos necessários pra fundamentar um mapa.

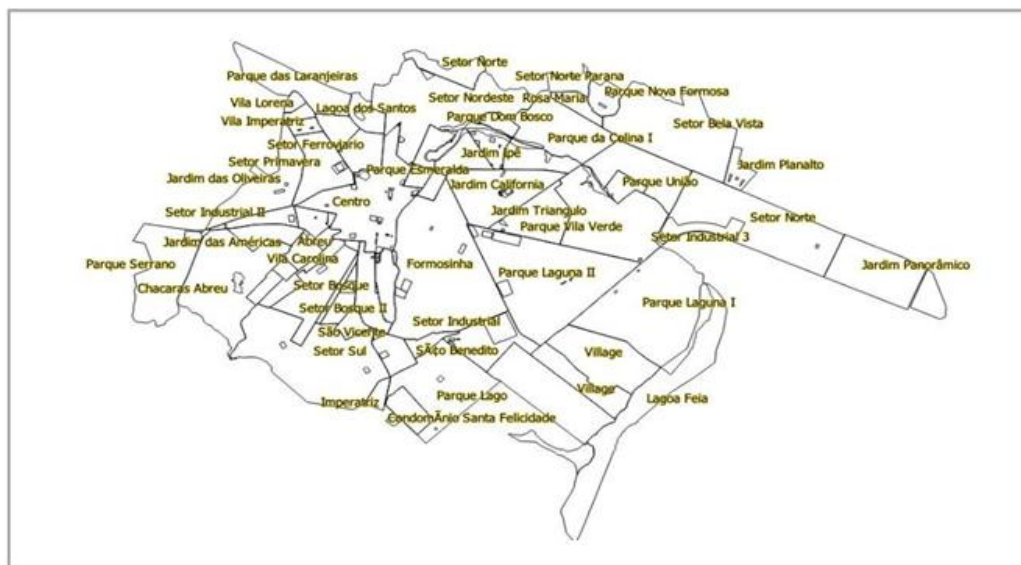


Figura 1 – Shape File, Bairros de Formosa-GO.  
Fonte: Silva (2019).

Após entregar a planta impressa para os alunos, juntamente a eles analisamos a distribuição dos bairros de Formosa - GO, todos os alunos das respectivas turmas demonstraram grande interesse em localizar o bairro onde os mesmos moram e estudam, alguns se espantaram com a extensão dos bairros e outros aparentavam já ter uma noção quanto os fundamentos de localização básica relacionada à própria cidade (FIGURA 2). A análise do contexto geográfico da escola, nas seguintes fases, observação e monitoria de aulas, houve oportunidade de acompanhar a rotina da sala de aula.



Figura 2 – Mapa da Malha Urbana de Formosa - GO  
Confeccionado por um dos alunos.  
Fonte: Silva (2019).

## Conclusão

Complexos paradigmas apresentados pela sociedade e pela educação é algo que reflete dentro da escola nos alunos. Dessa forma, o estágio pode ser uma ótima oportunidade para quebrar esses paradigmas, fazendo associação com o estudo e o mundo vivido do aluno, devido o discente ainda está dando os primeiros passos na formação pedagógica juntamente com os seus novos alunos, dessa maneira, começando a compreender a importância de uma boa relação entre ambos os lados. No entanto, a formação inicial tem inúmeros erros, o profissional docente é construído a partir de muita experiência e paciência, compreendendo os conhecimentos, competências e habilidades necessárias para atuar em quaisquer contextos com os quais tenha contato durante sua atuação profissional.

Os alunos apresentaram boa compreensão sobre a temática cartográfica da região de Formosa, dessa maneira, foi interessante ver o desenvolvimento deles no decorrer das aulas e na última eles conseguiram compreender o espaço que eles habitam, conhecendo os setores da sua cidade, além disso, eles aprenderam os elementos básicos para elaborar mapas, tais como: legenda, título, orientação, escala. Sendo assim, o professor tem que mediar seu conhecimento, através do ensino-aprendizagem com as ferramentas de pedagógica e didática, conseguindo expressar as informações necessárias para a compreensão dos alunos.

## Referências

- ARAUJO, F. H. R. Et al. Projeto " aqui é o meu lugar": o ensino de geografia através de imagens. **20º Encontro Estadual de Geografia**, Natal, 28 ago. 2013. Disponível em: <http://pibidgeoeccam.blogspot.com/2013/08/pibid-geografia-do-ceres-no-20-encontro.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- BENTO, I. P. Ensinar e aprender geografia: Pautas contemporâneas em debate. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, p. 142-157, 3 jan. 2014. Disponível

em:<<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/136>>.

Acessoem: 6jun.2019.

FRANCO, Maria Amélia do R. S. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2012.

FREITAS, C. G. L. de. Cartografia geotécnica de planejamento e gestão territorial: proposta teórica e metodológica. 2000. 238p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

PAZINI, D. L. G; MONTANHA, E. P. Geoprocessamento no ensino fundamental utilizando SIG no ensino da geografia para alunos de 5. a 8serie. **Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiania, 16abr.2005.

Disponível em:

[es.profricardoferreira.webnode.com/200000020-](http://es.profricardoferreira.webnode.com/200000020-2289a2384c/1.pazini_geop_ensino_geog.pdf)

[2289a2384c/1.pazini\\_geop\\_ensino\\_geog.pdf](http://es.profricardoferreira.webnode.com/200000020-2289a2384c/1.pazini_geop_ensino_geog.pdf).Acessoem:7jun.2019.

PEREIRA, J. R; GUERRA, M. D. F. A cartografia no ensino fundamental: metodologias, praticas e Habilidades. **IV Congresso Nacional da Educação**, [S.L.],2017.IVCONEDU.

PIMENTA, Selma G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

## O ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES DA CASA ABRIGO DE ARAGUAÍNA NA SOCIEDADE DA VAIDADE

Giliana Zeferino Leal Mendes<sup>7</sup>

Thelma Pontes Borges<sup>8</sup>

Miguel Pacifico Filho<sup>9</sup>

Gilzomar Pereira Barros<sup>10</sup>

### Resumo

São diversos os motivos que podem levar uma criança/adolescente a ser abrigado em uma casa de acolhimento: violência, negligência, maus tratos e outros. Objetiva-se verificar o olhar do adolescente em situação de acolhimento institucional considerando os aspectos da sociedade da vaidade. Para tanto se fez uma pesquisa qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário com 15 perguntas, aplicado a 9 adolescentes acolhidos em Araguaína/TO, entre julho e agosto de 2020. Os resultados obtidos indicam que a sociedade da “vaidade” tem aprofundado ainda mais as fragilidades das redes de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, uma vez que torna os relacionamentos humanos cada vez mais fragmentados, virtuais e instáveis.

**Palavras-chave:** Sociedade da Vaidade; Crianças e Adolescentes; Vulnerabilidade Psicológica; Institucionalização; Políticas Públicas.

### Abstract

There are several reasons that can lead a child / adolescent to be sheltered in a shelter, such as violence, neglect, mistreatment and others. The objective is to verify the look of the adolescent in a situation of institutional reception considering the aspects of the society of vanity. So much was done a qualitative research, using as a data collection instrument a questionnaire with 15 questions, applied to 9 adolescents welcomed in Araguaína / TO, between July and August 2020. The results obtained indicate that the society of “vanity” it has further deepened the weaknesses of institutional care networks for children and adolescents, since it makes human relationships increasingly fragmented, virtual and unstable.

**Keywords:** Vanity Society; Children and Adolescents; Psychological Vulnerability; Institutionalization; Public policy.

### Introdução

A sociedade da vaidade tem conexão direta com a aparência, que pode ser superficial e vazia. A definição do homem contemporâneo é pautada em tais características, em que se valoriza mais as celebridades do que as autoridades em assuntos específicos. O mundo vaidoso torna as pessoas invisíveis, a violência e a superficialidade reinam. Partindo de uma consciência universal é possível, e necessário haver empenho na construção de um novo mundo ou permanecer e perecer. (LA TAILLE, 2009).

---

<sup>7</sup> Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Tocantins. Artigo financiado pela CAPES, Código 001. E-mail: giliana-zl@hotmail.com / giliana.zeferino@mail.uft.edu.br.

<sup>8</sup> Universidade Federal do Tocantins. Docente do Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: thelmapontes@uft.edu.br.

<sup>9</sup> Universidade Federal do Tocantins. Docente do Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: miguilim@uft.edu.br.

<sup>10</sup> Mestrando em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: gilzomarbarros@gmail.com.

Os relacionamentos na atual sociedade não têm como base a presença entre as pessoas, isso porque com as redes sociais é cada dia mais difícil estabelecer com o outro relacionamento consistente, são muitos amigos virtuais e pouca convivência física (SUDBRACK, 1996). Vive-se em um tempo em que estamos conectados com o mundo, mas desconectados do ser humano, podemos ser o que quisermos nas redes sociais (parecer) em busca de uma vaidade cada dia mais pujante, enquanto na realidade vivemos inertes, levados pela conjuntura social a qual não se teve opção de escolhas e não se tem muita força para lutar, pois há um estado de desnutrição social, que torna o homem incapaz de transformar e mudar a realidade (BAUMAN, 2001).

Apresenta La Taille (2009), que a vaidade é oposta ao conceito moral, devido não ser possível uma pessoa ser vaidosa e justa por vaidade. No entanto, a vaidade está ligada diretamente à aparência e ao espetáculo, nesse aspecto, o vaidoso mostra, exhibe, ostenta, chama a atenção. Passar despercebido é seu medo, é o mesmo que fazer sua vida perder o sentido.

Nessa vertente, objetiva-se verificar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes na sociedade da vaidade. Tendo como questionamento a pergunta: Como a “vaidade do outro” interfere no acolhimento das crianças e adolescentes? O que justifica a importância de se estudar o tema é o fato das crianças e adolescentes abrigados terem a necessidade de articular redes de relacionamentos capazes de não só assegurar direitos, mas de protegê-las das vulnerabilidades as quais estão expostas.

Como procedimento metodológico utilizou-se da pesquisa qualitativa, tendo como incursão teórica as obras de Bauman (2001, 2008) e La Taille (2009), Castel (2015) entre outros e para evidenciar as reflexões realizadas foi aplicado um questionário composto por 15 perguntas abertas e fechadas, respondido por 9 adolescentes acolhidos na cidade de Araguaína/TO. Os questionários foram aplicados entre os meses de julho e agosto do ano de 2020, seguindo dos todos os protocolos de prevenção à disseminação da Covid-19. A pesquisa foi um complemento à pesquisa de mestrado, ambas desenvolvidas com a aprovação do CEP UFT/HD'T, sob o nº do parecer 3.282.348 e nº do CAAE: 09343418.6.0000.8102 de 24 de abril de 2019.

Ressalta-se, que o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, é um serviço regulamentado pelas diretrizes do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, datada do ano de 2009. Porém, não é recente a história de luta ligada aos direitos da criança e do adolescente, ela remonta ao período colonial, com a roda dos expostos, passando pelos orfanatos, casa de caridades até chegar aos abrigos institucionais como vemos hoje. Trata-se de um serviço municipal, e cada qual tem as responsabilidades com suas crianças e adolescentes.

Como forma de regulamentar os direitos da criança e adolescente, assegurados na Constituição Federal de 1988, foi promulgado o ECA – Estatuto da Criança e Adolescente (1990), com o objetivo de assegurar que o infante possa se desenvolver com condições básicas, para isso devem viver em ambientes seguros, tendo acesso à alimentação, lazer e família. (MENDES, 2020).

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009) o acolhimento institucional deve ser aplicado como medida excepcional, quando não houver outra forma de manter as crianças e adolescente no seio familiar, sendo então, essa a única maneira de assegurar os direitos dos infantes. No entanto, cabe ressaltar ainda que, deve ser uma medida provisória, preferencialmente não ultrapassar os dois anos de acolhimento, desde a retirada da família, até todo processo de destituição do poder familiar, caso não seja possível à reintegração, possibilitando assim a colocação em família substituta.



Um dos principais conceitos trazido pelas especificações do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, acerca do que vem a ser vulnerabilidade social, encontra-se que seja em “decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social”. Ressaltando que a parte “b” do conceito pode ser relacionado à sociedade da vaidade e seus relacionamentos, pois no acolhimento institucional há a ruptura de vínculos, levando as crianças e adolescentes a terem a sensação de perdas, passando por diversos processos, entre eles a crise identitária e o enfraquecimento de suas redes de relacionamentos, o que gera nos mesmos sentimentos exclusão e inúmeras fragilidades, das quais uma das mais devastadoras é a vulnerabilidade psicológica ao qual estão susceptíveis.

Nesse contexto observa-se que a sociedade da vaidade tem gerado diversas características no ser humano, de cunho social, econômico, educacional, psicológicos entre outras, levando em alguns casos, a exemplo das crianças e adolescentes, ao comprometimento da autoestima e a reforçar a condição de miséria ao qual estão submersos, e assim, não conseguem ter forças suficientes para romper as amarras históricas sociais ao qual estão submetidos, dando continuidade ao círculo social de relacionamentos humanos fragilizados e desiguais, que é intensificado pelas novas subjetividades típicas da modernidade líquida (BAUMAN, 2001).

### **A Era da Vaidade e as fragilidades das relações**

As complexidades da era da vaidade e os relacionamentos humanos estabelecidos nessa sociedade atual é uma tarefa necessária, todavia difícil, indo na contramão dos parâmetros considerável essenciais. Para Kurz (2002) vive-se em uma sociedade tida como da informação e do conhecimento, em que as redes sociais, trazida com a era da informática são cada dia mais comum, e tornou o maior meio de comunicação, produzindo novos relacionamentos; e o modo de vida centrado na realidade virtual é dominado pelo glamour, brilho e aparência, já não se vive mais uma realidade concreta. Criou-se como expõe Bauman (2014) um estado de cegueira, onde tudo é permitido e nada mais tem importância a ponto de criar seres humanos in/sensíveis às situações de sofrimento do outro, criou-se uma espécie de ignorância social iluminada pelos holofotes da vaidade exacerbada.

La Taille em seu texto “Cultura do Tédio”, publicado no ano de 2009, fala em “Vidas em Migalhas” (p. 29), ao descrever o modelo do mundo atual. O autor pensa na vida em migalhas, em fragmentos de espaço, de tempo, de atividade humana, de informação, deixando claro que o mundo mudou e trocou a avaliação ética pela avaliação estética, estando à mercê da sequência de pequenas urgências esteticamente positivas. O mundo moderno passou a ser construído, apresentando a ideia de falta de passado e ausência de futuro. Velocidade, fluidez e volatilidade são palavras que mais tentam definir a sociedade pós-moderna, o que vale agora/hoje perde o valor daqui uma hora/amanhã.

Nas relações afetivas de crianças institucionalizadas tudo é frágil, nada é seguro, vive-se em um mundo e espaço onde a incerteza é a única certeza com a qual podem contar, não sabem as verdadeiras motivações que os levaram ao acolhimento, e quando pensam que sabem, não conseguem entendê-las, são fragmentos de vida, os quais dificilmente os adolescentes institucionalizados conseguiram compreender (MENDES, 2020).

La Taille (2009, p.38) pontua a identidade Palimpsesto, e se explica que no mundo da hierarquia de valores onde tudo se esquece “tudo tem valor, nada tem valor”, jaz um mundo volátil, pronto em todo momento para conectar-se com as pessoas ou desconectar-se delas rapidamente, o passado perde sua importância. A situação de acolhidos, em muitos momentos,

vira espetáculo e suas histórias são usadas por aqueles que veem a oportunidade de se projetarem (o espetáculo) e parecessem “bonzinhos”.

La Taille (2009) ao falar de cultura do sentido, também explica que o importante na sociedade é a aparência, onde todos estão preocupados com o “Ter ao invés de Ser”. Aprofundados pelas mazelas do “Parecer”, e no caso dos acolhidos, eles não passam de problemas para a sociedade, ou válvula de escape para a sociedade da vaidade e do tédio, pois eles nada têm a oferecer, a não ser histórias carregadas de dores, sofrimentos, perdas, renúncias, e muitas mazelas sociais que os fizeram miseráveis diante da sociedade.

Nesse contexto é válido também correlacionar o tema com as colocações de Bauman (2014), quando escreve Cegueira Moral, e expõe uma reflexão de uma sociedade embasada na liquidez das vinculações interindividuais, ou seja, as relações não são mais duradouras, tudo é passageiro, e se evapora como a água. O autor ainda explica que nessa sociedade os relacionamentos são fragmentados e as identidades descartáveis, ninguém mais se conhece, normalmente tem vergonha de suas raízes e no caso dos adolescentes, sentem vergonha da condição de acolhido e escondem a sua história. A condição de acolhido e as diferentes realidades superficiais produz na criança e adolescente institucionalizado um sentimento de inferioridade e de não reconhecimento de sua condição (MENDES, 2020).

Bauman (2014, p. 4) explica que no decorrer da história houve “marginalização do homem comum”, e sem ter o que oferecer a sociedade, na maioria das vezes, como acontece, no acolhimento, ficam cegos e não conseguem perceber sua própria condição atual, se tornando inertes as circunstâncias, e espectadores de suas próprias vidas. O autor ainda fala sobre a insensibilidade ao sofrimento humano, perceptível no acolhimento institucional através das visitas de curiosidades ou de escolhas do filho/objeto ideal, como se ali não existisse sujeitos dotados de sentimentos, fragilidades, carência de cuidados, seres dignos de verdadeira atenção. Nesse contexto concordo com Bauman (2014) fala que:

O mal não está confinado às guerras ou às ideologias totalitárias. Hoje ele se revela com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos a compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso. (BAUMAN, 2014, p. 16).

Cabe, nessa vertente, analisar alguns pontos abordados na obra de Castel (2015), quando o autor fala sobre: desfiliação social, hiperindividualismo e sociedade salarial, uma vez que os acolhidos são os desfiliaados sociais e os filhos de excluídos da sociedade, e em espaços cada vez mais individualistas (características da sociedade atual), as chances de conseguirem se filiar a algum grupo ou ramo social é muito remota, pois não tem o que oferecer, e sempre serão considerados problemas, ex-acolhidos, sinônimo de vagabundos, marginais, delinquentes, entre outros adjetivos utilizados na era da vaidade para rotular um sujeito e/ou grupo, enquanto na verdade são apenas “sujeitos de desejos” buscando se equilibrar na corda da vida. (MARTINS, 2014, p. 32).

Observa-se que com “era da informática” muitos avanços foram benéficos, a exemplos da rapidez nas comunicações e no acesso a informações, no entanto, houve também um distanciamento nos relacionamentos humanos, no qual a virtualização tornou-se o principal meio de interação e relacionamento, dispensando as realidades concretas e contatos físicos, o olho no olho, o valorizar a presença do outro, o se preocupar verdadeiramente com as mazelas sociais, com o sofrimento humano, tudo é passageiro, insípido, e como diz Bauman (2014) líquido.

## **O Acolhimento de Crianças e Adolescentes na Era da Vaidade**

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de proteção, excepcional, prevista no art. 101 do ECA de 1990, tendo como principal culminância a violação ou ameaça aos direitos do infante, podendo ser configurado quando houver falta, omissão ou abuso por parte dos pais os responsáveis, tendo a concretização da institucionalização quando for verídico ou houver suspeitas de maus-tratos, negligências e violências físicas, sexual e psicológicas. Apenas com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil publicada no ano de 1988, popularmente conhecida como Constituição Cidadã, é que os direitos das crianças e adolescentes são previstos, e passam a fazer parte das discussões Políticas. Sendo que no ano de 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA, passando assim o infante a ter assegurado o direito de se desenvolver plenamente, em ambientes adequados.

Na busca por assegurar os direitos da criança e adolescente, foi criado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, o qual está diretamente ligado ao CONANDA e complementa as Políticas de Assistência Social e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento a Crianças e Adolescentes, estabelecendo regras as quais devem ser obedecidas pelas Instituições públicas e privadas que visam atender a esse público. Nesse sentido Pereira (2015, p. 32) explica que: “O acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é um campo em plena transformação e reordenamento”.

Pensar nessa perspectiva, segundo Castel (2015, p. 32) fala que são mais que excluídos foram “abandonados, como se estivessem encalhados na margem, depois que a corrente das trocas produtivas se desviou deles”, em uma sociedade do Ter onde a mola propulsora é poder de comprar ou a mão de obra (trabalho) em um grupo que desde seu desenvolvimento (criança) foram marginalizados e jogados a margem da sociedade, as probabilidades de se filiarem a sociedade é muito remota. Criamos nessas instituições os futuros desfiliaados, que assim o são já no momento presente.

Castel (2015) ainda leva a refletir sobre os sujeitos, os quais, ele caracteriza como supranumerários, inúteis, excluídos, desfiliaados, vulneráveis, desvalidos sociais, inadaptáveis, residuais, banidos, rejeitados do crescimento, precários, “gangrena do pauperismo” etc., esses trabalhadores “descartáveis pelo desenvolvimento econômico sobrevivem às margens da sociedade que não lhes reconhece a injustiça”, da qual fala Silveira (2013). Vítimas de invalidação social, eles têm o “provisório” como modo de existência. Explicações às quais se encaixam a condição em que se encontram as crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente em abrigos institucionais.

Ressalta-se que as proposições do ECA (1990) e demais fundamentações legais de acolhimento institucional estão sustentando a primazia das relações humanas, incluindo o direito a convivência familiar e comunitária como primordial ao desenvolvimento da criança e adolescente. Havendo uma valoração dos vínculos afetivos relacionados ao desenvolvimento psíquico saudável do infante, os quais são gravemente corrompidos durante a institucionalização.

Nesse aspecto, chama a atenção para a importância de redes de relacionamentos humanos consolidadas no afeto, ou seja, no contato direto com o outro. Discutir e buscar práticas de acolhimento institucional de crianças e adolescentes que tenham bases concretas na sadia formação do ser humano (PEREIRA, 2015). Segundo Bauman (2001):

A memória do passado e a confiança no futuro foram até aqui os dois pilares em que se apoiavam as pontes culturais e morais entre a transitoriedade e a durabilidade, a mortalidade humana e a imortalidade das realizações humanas, e também entre o assumir a responsabilidade e viver o momento. (BAUMAN, 2001, p. 149).

Com o acolhimento institucional muitas dessas memórias se perdem, ou caem no esquecimento, o que pode gerar em muitos casos, relacionamentos fragilizados. E com a sociedade da vaidade os fenômenos dos relacionamentos humanos tornam ainda mais frágeis, pois normalmente o foco do momento vivido é a autopromoção. Bauman (2001) chama a atenção para a ambiguidade ética na responsabilidade moral do ser humano, o qual deve se emocionar e se compadecer com as dificuldades e sofrimento do outro, e não fazer uso das intemperes do relacionamento humano para alimentar a vaidade de uma sociedade líquida. E complementa explicando que: “Em nosso mundo fluído, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter” (BAUMAN, 2005, p. 96).

Também é possível refletir sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes com Silveira (2013), em sua obra “Estado do bem-estar social e desfiliação social”, ao falar que:

Homens e mulheres esquecidos [...], como desvalidos sociais sem lugar e sem garantias cidadãos frente a um Estado cada vez mais hermético a suas responsabilidades sociais [...]. Exército de esquecidos, imersos na vulnerabilidade e provisoriedade das relações cotidianas [...]. Manifestações automáticas de solidariedade, as quais não precisam de vínculos e proximidade. (SILVEIRA, 2013, p. 145, 150).

Os acolhidos fazem partes desses homens e mulheres esquecidos, desvalidos de uma sociedade individualista, onde cada um vive para si, e o outro não é problema de ninguém, nesse caso ainda se fala que é problema do Estado, porém, um Estado, que cada dia mais, se exime de suas responsabilidades.

Ainda temos a provisoriedade nas relações cotidianas dos acolhidos, pois, os vínculos afetivos e duradouros são escassos, tudo é passageiro, e as migalhas, que a sociedade oferece em forma de solidariedade acaba sendo automática, sem vínculos verdadeiros. Sendo assim, como diz Bauman (2014) “Vivemos tempos líquidos. Nada é para durar”. E essa é a sensação que se tem ao observar e analisar o contexto em que estão inseridos os acolhidos institucionalmente. Entender como os aspectos dos relacionamentos familiares e afetivos interferem na formação das crianças e adolescentes institucionalizados são de suma importância na busca por uma sociedade mais sadia, capaz de formar redes sociais que possam trazer significações na vida de seus membros.

Diante da crise instalada na sociedade da vaidade, das relações líquidas, as quais só se materializam virtualmente, a institucionalização de crianças e adolescente tem se mostrado um mecanismo que fragiliza ainda mais as redes de relações do sujeito institucionalizado. Todo esse contexto gera vulnerabilidades, tanto social, econômica, educacional como psicológica, podendo se tornar em amarras ao sujeito. É bem verdade que no acolhimento institucional tudo é líquido, é banalizado, é passageiro, a própria personificação do mal, disfarçado em um atendimento que deveria ter o foco nos acolhidos, porém, apenas acolhem como forma de dizerem que estão fazendo o bem, os acolhidos neste caso, não passam de números nas estatísticas das marginalizações do município.

Nessa conjuntura Sudbrack (1996, p.14) escreve: “As relações sociais contribuem para dar sentido à vida de seus membros, favorecendo a organização da identidade por meio do olhar e da ação dos outros, existimos para alguém, servimos para alguma coisa”. Cada rede social constituída tem sua função na vida do acolhido, e representa muito na sua formação enquanto sujeito. As fragilidades trazidas com a sociedade da vaidade podem adoecer essas representações e comprometer significativamente a constituição do sujeito em formação.

A usurpação dos direitos sociais acontece em ritmo cada vez mais acelerado, e o distanciamento entre os que o autor chama de “escapadiços” é cada vez mais alargado em detrimento da fluidez da modernidade, onde “O engajamento mútuo da modernidade sólida é então substituído pela astúcia dos que se movimentam sem serem vistos” (BAUMAN, 2001, p. 139 e 144).

### **Metodologia e Resultados: A visão dos adolescentes na era da vaidade**

Com o objetivo de verificar a visão dos adolescentes em acolhimento institucional na sociedade da vaidade, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se de um questionário com 15 questões sobre: idade; tempo de acolhimento; acesso a aparelhos eletrônicos; acesso a redes sociais; o tipo de sentimentos o acesso às redes sociais proporciona; se nos meios sociais são visto como acolhidos ou não; as maiores dificuldades de interação social; como se sentem, nos mais diversos locais de interação social; os sentimentos causados com a entrada e saída de acolhidos; o que as pessoas que frequentam o abrigo poderia melhorar ao tratarem os acolhidos; se sentem rotulados pela sociedade por estarem na situação de acolhidos; e se eles acreditam que as pessoas que visitam a instituição com frequência ajudam por que se preocupam ou são ajudas pontuais. Esses foram os temas abordados no questionário, com adequação de linguagem ao público participante de pesquisa. Para análise, os dados foram tabulados a fim de compreendermos a visão sobre seu lugar social e a dos outros.

Responderam ao questionário quatro meninos e cinco meninas com idades entre 12 e 16 anos. O que se encontra a menos tempo na Casa Abrigo entrou um mês antes da pesquisa e a que está a mais tempo há cinco anos. Com uma média de permanência de um ano e meio. Os resultados serão apresentados a seguir juntamente com as discussões.

Como resultados, percebemos que a visão apresentada anteriormente por La Taille baseada em Bauman (2014), expõe sobre cegueira moral e o interregno típicos da sociedade atual, os relacionamentos humanos e suas invisibilidades, 66,6% dos entrevistados acreditam que não são rotulados pela sociedade e 33,4% acredita que são rotulados como coitadinho, acreditando que todos acolhidos são órfãos. Independente de seus olhares, a percepção mostra que ou estão na invisibilidade ou no rótulo.

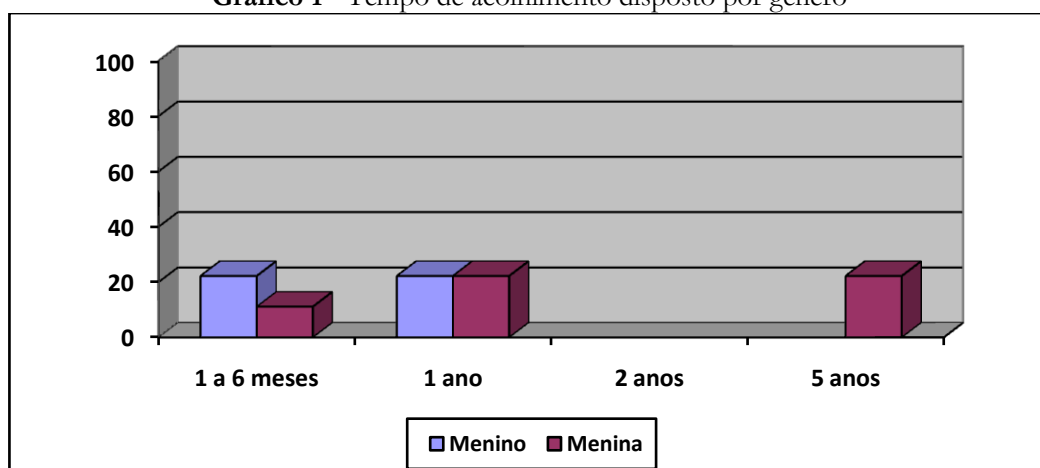
Assim também, entre os adolescentes acolhidos, 11,1% dos entrevistados tem aparelho celular (único aparelho de contato com as redes sociais) e redes sociais como facebook e WhatsApp, que conecta a realidade virtual e ao mundo externo. Os adolescentes acreditam que as redes sociais proporcionariam amor, felicidade, saudades e tédio caso tivessem acesso. Mais de 75% dos entrevistados ressaltam o acesso às redes sociais como muito importante para uma vida melhor, e que poderia desencadear pontos positivos como uma vida mais comunicativa socialmente, baseada no desejo de ter e de acredita na felicidade e no amor proporcionado pelo mundo virtual. Vejam que apesar da maioria não acessar o mundo virtual, sabem que existe uma vida paralela que ali acontece e nutrem expectativas com relação a uma melhora na socialização.

Como problemas gerais, os entrevistados apontam que, escassez de recursos financeiros (33,3%) como complicador; privação do convívio com a sua família de origem (55,5%), ressaltaram

mesmo que provisoriamente; falta ou pouco acesso às redes sociais 77,7%, ressaltou esse ponto. Vemos que entre os pontos elencados por eles, o que é mais citado é a falta de acesso às redes sociais, ficando inclusive a frente de contato com a família. Tal dado demonstra a importância que tal fator tem na vida hoje, assumindo uma centralidade.

O tempo como acolhido varia em anos e em gênero, logo percebemos no gráfico 1 que no sexo feminino o tempo de permanência é maior. Não temos ainda uma explicação para tal fato, seria necessárias outras pesquisas par abordar tal ponto.

**Gráfico 1** - Tempo de acolhimento disposto por gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

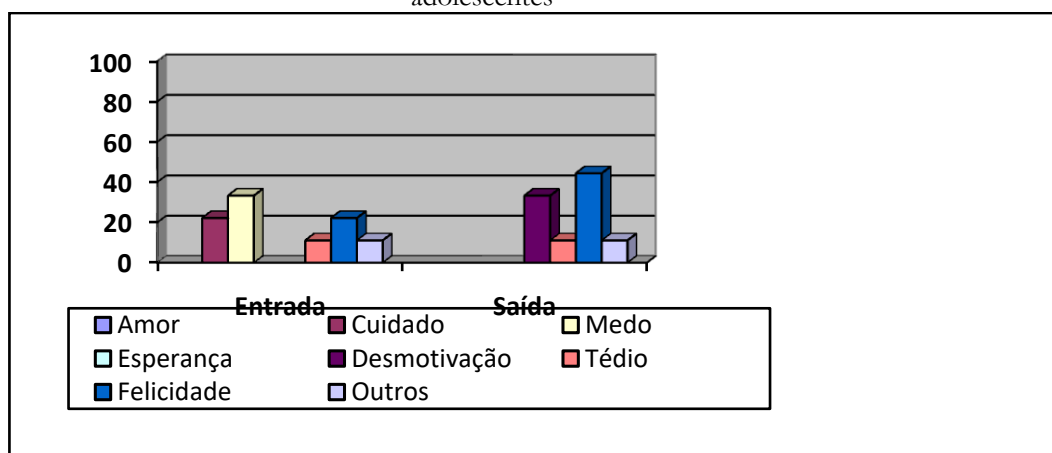
Cabe colocar que ao serem retirados de suas famílias há uma quebra de vínculos afetivos, os quais tendem a se agravar com o passar dos anos, e todos os novos relacionamentos, constituídos durante o acolhimento, podem ser frágeis e, normalmente se perde, em virtude da rotatividade vivida nas instituições, sejam elas referentes aos funcionários ou os próprios acolhidos. O fluxo de entrada e saída de pessoas caracteriza os relacionamentos constituídos como momentâneos o que é um agravante para aqueles que ficam muito tempo institucionalizados. São sucessivas rupturas afetivas.

Quando questionados sobre o que acham das pessoas que visitam a casa e com frequência e ajudam, aparecem respostas como “vão porque são bondosas” ou “porque se preocupam com os acolhidos”, ou apenas “as visitas dessas pessoas são pontuais”. Os resultados mostram que 33% das pessoas que frequentam a instituição como visitantes vão porque se preocupam com a causa dos acolhidos, enquanto 33% também visitam pontualmente, ou seja, vão para cumprir obrigações sociais, principalmente em datas comemorativas, como natal, páscoa, dia das crianças entre outros. E 33% responderam que algumas pessoas vão porque se preocupam com a causa outras não, vão apenas uma vez e não retornam mais a instituição. Uma das percepções dos entrevistados foi assim relatada que “A minoria. Porque muitos vão só para dizer que fazem boas ações e vão embora e não voltam mais”, demonstrando que alguns acolhidos se sentem como objetos de uso social por algumas pessoas que frequentam o abrigo.

Com relação à forma como são tratados na Casa Abrigo, os meninos ressaltam que gostariam de ter mais liberdade em seu cotidiano, enquanto as meninas manifestam insatisfação e ressaltam que deveriam ser mais bem cuidadas. Tal diferença pode ocorrer pelo fato de que a casa para meninos e meninas são separadas. Assim, cada uma tem suas especificidades.

Sobre realidade do acolhimento, para maioria trouxera mais benefícios (77,7%), enquanto 11,1% não reconhecem nenhum benefício e 11,1% acredita nos dois, benefícios e malefícios. A entrada e a saída da casa de acolhimento trazem uma variedade de sentimentos que tende a causar desconforto, é o que apresentado no gráfico abaixo:

**Gráfico 3** – A visão dos acolhidos sobre o fluxo de entrada e saída de crianças e adolescentes



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se perceber que na entrada o acolhido é dominado pelo medo em sua maioria, no entanto, acompanhado pelo cuidado desse lugar estranho a sua realidade e da felicidade de saída de um lugar que causa estranheza. Já na saída o sentimento é de felicidade, mas também de desmotivação a uma possível realidade que possa existir, sendo que para essa perspectiva deveria reinar a esperança que nem aparece nas suas respostas.

### Considerações Finais

Observou-se que o acolhimento institucional se mostra como alternativa na busca por assegurar os direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, que tiveram seus direitos violados, seja pelos pais ou responsáveis.

Outro ponto que se observou nas pesquisas é que a sociedade da vaidade tem gerado redes sociais de relacionamentos fragilizadas, pautadas em ações virtualizadas em detrimento da realidade sólida. E quando se relaciona esse aspecto com o acolhimento institucional há um agravamento das mazelas e misérias as quais os acolhidos estão submetidos.

Há que se buscar trabalhar o acolhimento institucional como mecanismo transformador e criador de redes de relacionamentos saudáveis, consistentes, que seja pautado na qualidade afetiva, capaz de levar a criança e adolescente a desenvolver-se de forma sadia, podendo transformar a realidade de instabilidade a qual estão submetidos.

É necessário que haja um trabalho coletivo, o qual envolva toda a rede de acolhimento e a família para que o acolhido possa se sentir seguro, mesmo diante da complexidade da institucionalização. Se houver uma boa articulação entre os envolvidos na rede de acolhimento é possível que as crianças e adolescentes desenvolvam sua autonomia e assim possam se libertar das amarras sociais a qual estão e foram expostas.

Abrir espaços de articulações positivas e diálogos entre crianças, adolescentes e família, através do acolhimento institucional tornar-se essencial na criação de relacionamentos sólidos aos infantes, oportunizando individualmente que sujeito possa ter oportunidades outrora negadas, e assim seja capaz de buscar mudanças concretas para sua realidade atual. Dessa forma as redes sociais podem funcionar como ponto de apoio a superação de dificuldades e conseqüentemente de possibilidades transformadoras de realidade, desde que pautadas por relacionamentos reais e genuínos.

Mediante os aspectos discutidos observou-se que o acolhimento faz parte da sociedade atual, e compreende em responsabilidade e compromisso social, invisível aos olhos da maioria da sociedade. Mesmo que seja um mecanismo legal de assegurar direitos das crianças e adolescentes, ainda carece de árduas discussões e sensibilidade para as mazelas e misérias sociais, que empurraram os acolhidos à situação real a que estão submetidos. Assim, não pode ser apenas um cumprimento de política pública e/ou trabalho pontual, mas uma rede sólida de relacionamentos, responsabilidade e compromisso social em busca da valorização do outro.

### Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira moral**: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acessado em 17 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acessado em 17 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. MDS e Combate à Fome. CONANDA, Brasília, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

KURZ, Robert. **A ignorância da sociedade do conhecimento**. Folha de São Paulo, 13 de janeiro de 2002 – Caderno Mais, p. 14-15.

LA TAILLE, Yves de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009. Capítulo 1 – Cultura do Tédio.

MARTINS, Christina T. Mota. **Análise de uma história de armadilhas**: a psicóloga judicial e o adolescente acolhido institucionalmente até a maioridade. Dissertação (mestrado) – UFU, Prog. Pós-Graduação em Psicologia, Uberlândia/MG, 2014. 130 f.

MENDES, Gílina Zeferino Leal. **Políticas Públicas e à Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes Acolhidos em Araguaína - TO**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – UFT – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, Araguaína/TO, 2020. 173 f.

PEREIRA, Ana C. Moura. **A discussão de gênero no cuidado às crianças e adolescentes em situação de acolhimento no distrito federal**. Monografia apresentada ao Dep. de Serviço Social, Inst. de Ciências Humanas da Uni. UnB, Brasília/DF, 2015.

SILVEIRA, Alair Suzeti da. Estado do Bem-Estar Social e Desfiliação Social. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr. de 2013.

SUDBRACK, M. F. O. Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda. **Coletâneas da ANPEPP**, 11 (2), 87–113, 1996.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021



## ANÁLISE DO CONTEXTO HIDRICO DO MUNICÍPIO DE MINAÇU – GO

Igor Barbosa da Conceição<sup>11</sup>

Jakeline Martins da Silva<sup>12</sup>

Felipe dos Santos Silva<sup>13</sup>

Raquel Pereira dos Santos<sup>14</sup>

Jéssica Bispo Montalvão da Paixão<sup>15</sup>

### Resumo:

A compreensão da malha hídrica de uma determinada região é importante para gerenciamento e proteção do sistema que ali existe, a partir de dados como o de saneamento e precipitação fica evidente em que pontos se deve investir e buscar melhorias. Nesse trabalho foram analisadas essas variáveis e sugeridas algumas possibilidades para melhoria do sistema hídrico em que o Município de Minaçu está inserido, buscando evidenciar os problemas da área e necessidade de fazer esse tipo de estudo. A partir dos dados apresentados se nota que o município de Minaçu está bem recebido de água, mas sofre diversos processos de modificação da paisagem e aceleração de processos erosivos por impacto antrópico.

**Palavras Chave:** Precipitação; Erosão; Saneamento.

### Resumen

Entender la red de agua en una región determinada es importante para el manejo y protección del sistema que allí existe, con base en datos como saneamiento y precipitación, es evidente en qué puntos se debe invertir y buscar mejoras. Este trabajo analizó estas variables y sugirió algunas posibilidades de mejora del sistema de agua en el que se ubica el Municipio de Minaçu, buscando resaltar los problemas de la zona y la necesidad de realizar este tipo de estudios. De los datos presentados se puede apreciar que el municipio de Minaçu es bien recibido por el agua, pero sufre varios procesos de modificación del paisaje y aceleración de procesos erosivos por impacto antrópico.

**Palabras- clave:** Precipitación; Erosión; Saneamiento.

### Introdução

A água é um importante elemento para o meio ambiente e sociedade, está em cada contexto e sistema da Terra, seja como um dos principais elementos de modificação da geomorfologia, principal ativo para manutenção da vida, ou mesmo item extremamente necessário para as atividades econômicas e desenvolvimento social.

Ainda que seja um componente importante, a água própria para boa parte das necessidades humanas e manutenção dos sistemas é bem pouca se comparada com a quantidade de água que compõe o planeta. Em torno de 97% da água é salgada, se tornando imprópria para consumo e as diversas utilizações na sociedade, mas o recurso não vai simplesmente acabar a água é um recurso renovável, que segue um intenso processo de renovação, processo esse chamado de ciclo da água (VICTORINO, 2007).

---

<sup>11</sup> Igor Barbosa da Conceição Graduado Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>12</sup> Jakeline Martins da Silva Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>13</sup> Felipe dos Santos Silva Graduado Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>14</sup> Raquel Pereira dos Santos Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>15</sup> Jéssica Bispo Montalvão da Paixão Graduada Licenciatura em Geografia – UEG

O ciclo da água é um complexo sistema com diversas etapas que acontecem simultaneamente. O processo tem como principais componentes a precipitação, evaporação, evapo transpiração e morfologia das bacias. Consiste na inserção de água no continente, mas especificamente nas bacias hidrográficas. O processo começa na evaporação da água do mar, essa evaporação forma grandes massas formadas por vapor de água, que circulam na atmosfera e se precipitam conforme se aproximam de um fenômeno que cause essa precipitação, ou mesmo a grande acumulação atrelada com a gravidade já é o bastante para causar a precipitação. Através de fenômenos climáticos, especialmente a precipitação, acontece a entrada de água no continente, porém o processo não termina na entrada, é um ciclo contínuo de entrada e saída de água, a saída acontece água através do escoamento, seja superficial ou subterrâneo. Esse escoamento dá forma a grandes malhas hídricas e esculpi a paisagem, formando um grande sistema de grandes canais e aquíferos que desagüam no mar (VICTORINO, 2007), e voltam ao sistema com a evaporação.

Outro importante componente do ciclo da água é a evapotranspiração, que segundo Paz (p.86, 2004) “O termo evapotranspiração é empregado para de notar a evaporação que ocorre a partir do solo em conjunto com a transpiração dos vegetais, em uma bacia hidrográfica”. Assim, é fácil notar a importância para o contexto da bacia, pois devolve parte da água que foi interceptada durante a precipitação. O ciclo hídrico funciona perfeitamente e toda a água é reciclada, a menos que a atividade antrópica cause impactos nesse ciclo, e é nesse contexto que é necessário discutir o uso da água pela sociedade e como diminuir o impacto, e a melhor forma de se conseguir isso é compreendendo a bacia hidrográfica e seus elementos.

Bacia hidrográfica teve o conceito definido por diversos autores, cada um formulado com palavras diferentes, mas pode ser conceituado de forma geral como uma região drenada por um canal principal e seus diversos afluentes (TEODORO et al, 2007). Uma bacia hidrográfica tem como principais componentes a geomorfologia, clima e pedologia, compreender esses componentes, é compreender o volume de água que aquela área tem disponível e como funciona sua distribuição pela área. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo analisar alguns desses componentes que contribuem para a compreensão do contexto hídrico do município de Minaçu, Goiás. Compreender o contexto hídrico do município de Minaçu-GO, a partir de dados coletados de órgãos confiáveis e base teórica de diversos autores.

## **Materiais e métodos**

A área de estudo é o município de Minaçu (Figura 1), que se localiza no extremo norte do estado de Goiás, com área de 2.860,735km<sup>2</sup>, população de 31.154 (IBGE, 2010) e tem como principais atividades econômicas a indústria de base, mineração e turismo, embora a atividade turística seja mais recente, pois ganhou força apenas após a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, e mais recentemente do reservatório de Cana Brava. Situa-se em um contexto hídrico bem diverso, como parte Bacia Hidrográfica do ALTO MÉDIO TOCANTINS, recebe água diretamente do Rio Tocantins, uma pequena faixa de água margeando Minaçu recebe o nome de Lago de Cana Brava, dentro dessa faixa fica localizado o reservatório da usina hidrelétrica de Cana Brava, além de serem Minaçu que nasce o córrego Água Boa, responsável pelo manancial do município.

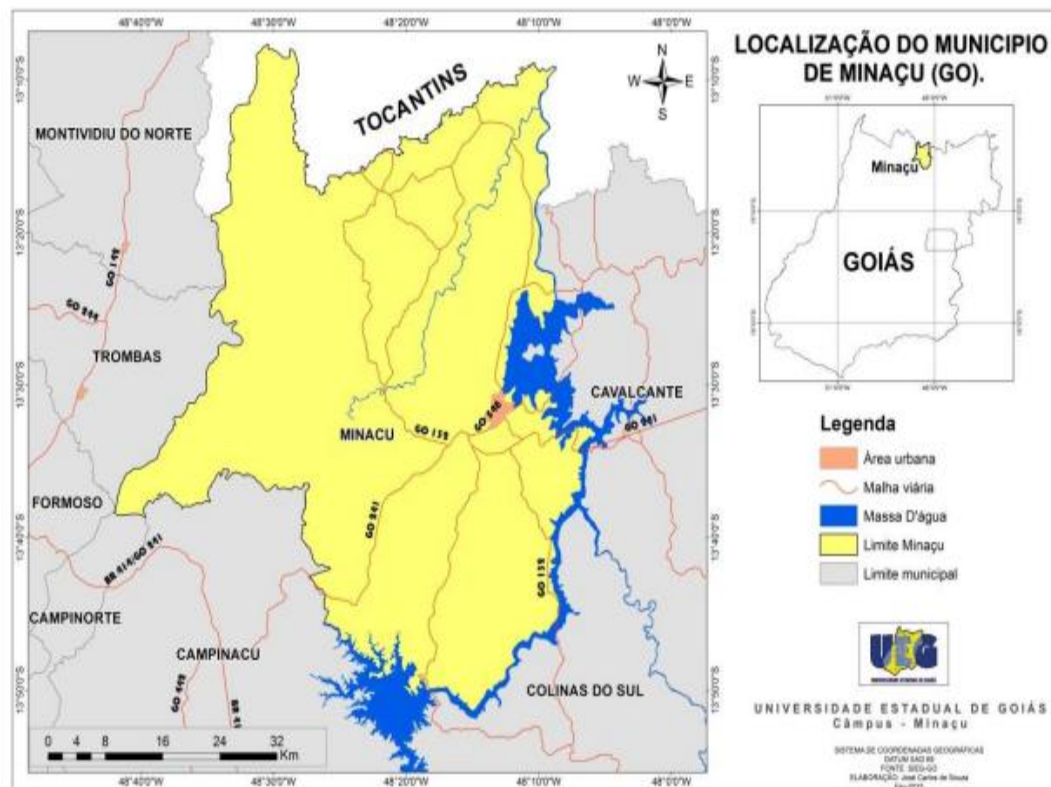


Figura 1 – Mapa de localização.

Fonte: Souza, 2015.

A metodologia do trabalho pode ser descrita como exploratória e descritiva, e consiste na exploração e descrição do contexto hídrico de Minaçu, seu utilizando de conceitos devidamente referenciados para construir uma análise coerente com a realidade, a partir de metodologias aplicadas de forma efetiva em outros contextos. Também vale ressaltar que os elementos individuais foram pesquisados e analisados conforme metodologia específica para no final serem desenvolvidas como conjunto.

O clima foi analisado a partir dos dados de volume total de precipitação e temperatura média, ambos adquiridos no site do SIEG (Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás), os dados pluviométricos foram adquiridos em estação situada em Minaçu, enquanto o de temperatura média de uma estação de Uruaçu, localização da estação mais próxima de Minaçu que tem disponível o dado de temperatura. O processamento e análise dos dados foi feito nos programas QGIS e Microsoft Excel 2010, a partir do QGIS foram visualizados os dados adquiridos no site do SIEG em shapes, esses dados foram passados para planilhas do programa Excel sistematizados para criação de tabelas, que tornam mais simples a apresentação de dados quantitativos no corpo do texto. O recorte temporal dos dados do SIEG também é importante para dar maior confiabilidade nos dados apresentados, não deixando brecha para que períodos de anormalidade diminuam a precisão dos dados, o recorte temporal do dado de temperatura média é de 1975 a 1996, enquanto o de temperatura é de 1970 a 2002.

A análise dos tipos de uso e solo segue o mesmo processo, com os dados sendo adquiridos no site do SIEG e processados no programa QGIS e a análise do abastecimento se dividiu entre os dados de abastecimento, adquiridos no site da ANA (Agência Nacional das Águas) e o de tratamento e tipo de abastecimento no site do Sistema Nacional de Informações em Saneamento,

ambos os sites pertencem ao governo e abordam áreas específicas de pesquisas relacionadas a recursos hídricos.

## Resultados e discussões

A bacia hidrográfica do Rio Bonito é a principal bacia dentro dos limites de Minaçu, sendo compreendida pela bacia do ALTO MÉDIO TOCANTINS, que tem como principal canal o Rio Tocantins, de drenagem é exorréica cruzando o Nordeste antes de desaguar no mar.

“As principais nascentes da bacia estão situadas no loteamento denominado de Fazenda “Queixadas do Corriola”, tendo como afluentes os Córregos Corrente, Água Boa, Rio Bonito, Grota Seca e o Córrego Água- Limpa. No perímetro urbano de Minaçu-Go forma um único curso d’água, o Rio Bonito, que faz divisa com os bairros Jardim Emília, Jardim Boa Vista, Residencial Rio Bonito, Vila Boa União e Vila de Furnas, desaguando no Lago, expressiva massa d’água , oriundo do represamento do Rio Tocantins, para produção de energia na Usina Hidrelétrica de Cana Brava. (GOMES; SOUZA, p.128, 2012)

A geomorfologia da área é em sua maioria de aplainamento, com alguns morros e colinas, não mantendo uma área muito acidentada, pois o relevo varia de 400 a 650 metros, e ainda assim, o aplanamento que varia entre a altitude de 400 e 500 metros compreende boa parte da bacia e município. A área de maior altitude está situada no perímetro da Serrada Mesa, onde nascem boa parte das nascentes citadas acima, vale ressaltar que a Serra da Mesa é uma área de encosta, mas também mantém o relevo plano em seu topo, se tornando elemento extremamente importante para análise da malha hídrica de Minaçu, já que segundo Guerra (2003) as encostas são as áreas que mais sofrem com processos de erosão, causados por maior impacto de intemperismo , e as chapadas são contextos de maior infiltração, podendo alimentar mananciais. Nesse contexto é possível notar a importância da Geomorfologia para a malha hídrica de Minaçu, e em como existe um sistema efetivo e que mantém bem os mananciais e canais perenes. Os tipos de solo que cobrem maior área em Minaçu são argissolos, cambissolos e Chernossolos,

“Os Argissolos Vermelhos, ocupam a porção inferior das encostas, ocorre em relevos ondulados, [...]. São solos minerais não hidromórficos, com horizonte B textural (Bt) distróficos, pobres em nutrientes. Possui baixa permeabilidade devido à acumulação de argila, no entanto, se desprovidos da cobertura vegetal, ocorrerá sérios problemas de erosão. Sua estrutura é em blocos angulares e subangulares, com textura média. [...] Os cambissolos ocorrem em relevos ondulados e fortemente ondulados, de caráter cascalhento e podem atingir de vinte centímetros a um metro, apresenta horizonte sub superficial Bincipiente (Bi), sua estrutura é em blocos. Se formam a partir de filitos, metassiltitos, xistos, ardósia e quartzitos, minerais de fácil intemperismo, são distróficos com baixa fertilidades[...]. Os Chernossolos Argilúvicos ocorrem em relevos forte ondulados e montanhosos, se caracterizam pela presença de teores relativos de matéria orgânica rica em húmus, com textura argilosa e espessura média de um metro.” (GOMES; SOUZA, p.137, 2012)

É possível notar que os tipos de solo que compõe Minaçu não são exatamente ideias para a manutenção de uma bacia, principalmente os argissolos que são propensos a erosão e necessitam de cobertura vegetal, algo discutível, pois o uso do solo de Minaçu tem como principal elemento a pastagem, que cobre grande área do território e junto do cerrado caracteriza a maior parte do uso no município (GOMES; SOUZA, 2012).

O trabalho de Gomes e Souza (2012) aborda esse aspecto de intensidade de erosão na região, pontuando que “Nas pesquisas de campo foram identificados mais de duzentos e quarenta focos de erosão sendo eles: sulcos, ravinas e voçorocas.”. Dado importante para a compreensão do contexto hídrico, por erosões causarem grande impacto sobre os canais, aquíferos e lençóis freáticos, erosões essas que tem como principal causa a precipitação.

O clima de Minaçu é AW na classificação de Köppen, caracterizado por duas estações bem definidas, com o inverno mais seco e verão mais chuvoso. Segundo Cardoso, Marcuzzo e Barros (2014) a classificação de climas de Köppen-Geiger adaptada por Setzer em 1966 se mantém como classificação mais utilizada no meio científico por manter em mente o clima como sistema, e se apegar em várias variáveis que o definem, se apegando principalmente na média de precipitação e temperatura.

Nimer (1989) aponta as características de distribuição de precipitação no centro oeste tem como principal elemento a circulação atmosférica, no qual a interferência de outros fatores na distribuição é mínima. Para se analisar a influência do clima, foram escolhidas as variáveis, precipitação total em milímetros e temperatura média compensada em graus célsius. O climograma (Figura 1) apresentado acima representa o clima da área de Minaçu, com as duas estações distintas, como citado acima, e com a temperatura variando conforme o regime de chuvas. Conforme o gráfico elaborado em cima dos dados adquiridos na pesquisa, fica visível que as épocas de maior média de temperatura estão atreladas ao período de chuva.

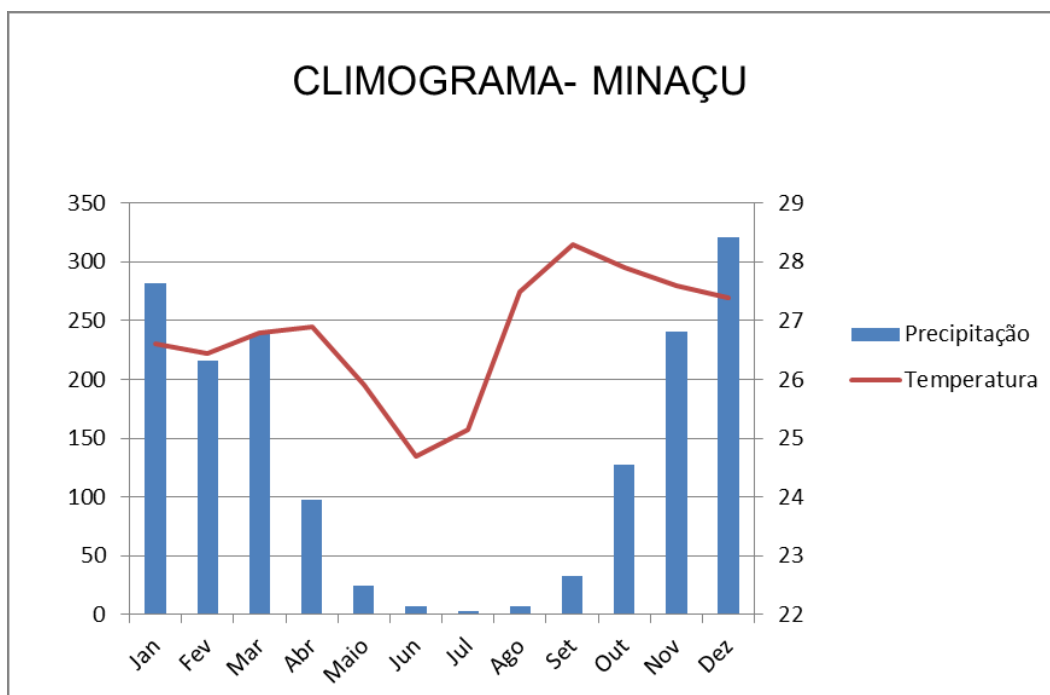


Figura 2– Climograma.

Fonte: Autores

Cardozo, Marcuzzo e Barros (2012) obteve resultado similar em sua pesquisa, que buscou analisar o clima do estado de Goiás, se utilizando um número bem maior de estações, ainda nos dados apresentados. Gomes e Souza (2012) apresentam dados similares de clima, com média de temperaturas maiores causadas nas épocas de chuva (outubro a abril) e média de temperatura menor em época de estiagem (maio a setembro). A importância do clima para os processos da bacia varia entre abastecimento e nível de intemperismo sobre a área, ditando o volume de água, tipos de

canais e processos erosivos da bacia (VICTORINO, 2007). Nesse contexto, o volume de água precipitado em Minaçu abastece os sistemas da área nos períodos de chuva, mas por ser em grande proporção, tem impacto consideráveis sobre o solo e causa um maior avanço das erosões, que são aceleradas por impacto antrópico (pastagens), que pode ter grande impacto sobre o abastecimento público.

O manancial que faz o abastecimento do município é o Ribeirão Corrente, que recebe água do córrego Água Bom e tem sua nascente dentro dos limites de Minaçu. A bacia do córrego Água Boa compreende diretamente a parte urbana do município, e caracteriza um sistema isolado que abastece apenas a área urbana de Minaçu. Além de ser o único manancial de abastecimento do município. Segundo os dados da Agência Nacional de Águas, o manancial conseguiu suprir a demanda de 64 L/s por habitante de forma satisfatória., vale pontuar que ao redor de Minaçu não tem nenhuma outra cidade que tenha tratamento no manancial, já que é a única naquela área que sofre impacto a jusante de atividades agropecuárias. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (2015), o município tem 9.519 famílias, dentre as quais 8.084 tem abastecimento pela rede pública e 1.382 dependem de água de poço ou nascente. Esses dados demonstram que a cidade tem uma porcentagem muito boa no saneamento básico, com cerca de 84% da população tendo acesso a água tratada, o esgotamento sanitário adequado do município está em torno de 55,2 % (IBGE, 2010), em um contexto nacional que apenas 55% dos municípios fazem coleta de esgoto, e o tratamento do esgoto é feito em apenas 28% dos municípios do país (DANTAS et al, 2012).

O tratamento de esgoto é parte importante do abastecimento de uma localidade e integra as ações que buscam melhorar o saneamento público. Nesse contexto, Tundisi (2008) e Dantes et al (2012) apontam a necessidade de se buscar o investimento em métodos para melhorar o tratamento, e diminuir o impacto de deposição sobre canais, além de tornar possível a reutilização da água. Ambos concluem o estudo pontuando que ainda existe muito para melhorar, mas que existem uma melhora desses aspectos no Brasil, principalmente no investimento para que todos os núcleos familiares recebam abastecimento de água pelo sistema público.

### Conclusão

A partir dos dados apresentados se nota que o município de Minaçu está bem recebido de água, mas sofre diversos processos de modificação da paisagem e aceleração de processos erosivos por impacto antrópico. É a compreensão dos processos e elementos que compõe essa malha hídrica podem ser importantes para a busca de soluções para lidar com a problemática, para isso a gestão de recursos hídricos deve ser feita por especialista na área e valorizar um recurso tão importante, quanto é a água. De acordo com informações da SANEAGO, embora haja uma disponibilidade hídrica, em algumas situações ocorreu a captação de quase a totalidade da vazão disponível em alguns cursos de água que abastecem o município. Desse modo, também é necessário que tenha fiscalização dos usos a montante da captação de água bruta, visando garantir a vazão necessária para atendimento da população de Minaçu.

### Referencias

BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos–2015. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2016. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2017.

CARDOZO, Murilo Raphael Dias; MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; BARROS, Juliana Ramalho. CARACTERIZAÇÃO DA TEMPERATURA DO AR NO ESTADO DE GOIÁS E NO DISTRITO FEDERAL. **Revista Brasileira de Climatologia**. Ano 8 – Vol. 11 – JUL/DEZ, 2012.

- CARDOZO, Murilo Raphael Dias; MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; BARROS, Juliana Ramalho. CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DE KÖPPEN-GEIGER PARA O ESTADO DE GOIÁS E O DISTRITO FEDERAL. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.8, n.16, p.40-55, 2014.
- DANTAS, Felipe von Atzingen et al. UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL. **FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v.15, n.3- p.272-284 – set/out/nov/dez 2012
- GOMES, Maria da Penha R. de O.; SOUZA, José Carlos de. Meio físico, uso da terra e processos erosivos na bacia do Rio Bonito no município de Minaçu, Goiás, Brasil. **Rev. Geo. UEG - Goiânia**, v.1, n.2, p.125-145, jul./dez. 2012
- GUERRA, Antonio José Teixeira. A contribuição da geomorfologia no estudo dos recursos hídricos. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v. 13, n. ESPECIAL, p. 385-389, 2003.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf)>. Acesso em: set. 2017.
- NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 422p. 2ed, 198 PAZ, A. R., 2004. Hidrologia Aplicada. Texto Básico. Disponível em <[http://www.ct.ufpb.br/~adrianorpaz/artigos/apostila\\_HIDROLOGIA\\_APLICADA\\_UERGS.pdf](http://www.ct.ufpb.br/~adrianorpaz/artigos/apostila_HIDROLOGIA_APLICADA_UERGS.pdf)>. Acesso em set de 2017.
- TEODORO, Valter Luiz Ios et al. O CONCEITO DE BACIA HIDROGRÁFICA E A IMPORTÂNCIA DA CARACTERIZAÇÃO MORFOMÉTRICA PARA O ENTENDIMENTO DA DINÂMICA AMBIENTAL LOCAL. **REVISTA UNIARA**, n.20, 2007.
- TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados**, 2008.
- VICTORINO, Célia Jurema Aito. Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos. EDIPUCRS, Porto Alegre: RS, 2007.
- Enviado em 30/04/2021  
Avaliado em 10/06/2021

## **APLICAÇÃO DO CONTEÚDO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS E PROBLEMAS AMBIENTAIS NO CENTRO DE ENSINO EM PERÍODO INTEGRAL PROFESSORA IZABEL CHRISTINA DE SOUZA ORTIZ**

**Jakeline Martins da Silva**<sup>16</sup>  
**Jéssica Bispo Montalvão da Paixão**<sup>17</sup>

### **Resumo**

O estágio supervisionado II é de grande relevância para o acadêmico de licenciatura, visto que é a partir daí que o acadêmico conhece e vive o cotidiano de um professor regente. Além disso, foi aplicado um projeto sobre dois conteúdos, o de energias renováveis e não renováveis e impactos ambientais em uma escola de período integral. Mediante isso, este trabalho tem como objetivo mostrar os resultados e a experiência no estágio supervisionado II, no qual as discentes foram às professoras regentes. Desse modo, foi apresentado os resultados de antes e depois de uma sondagem que aplicamos nas turmas de 8º série, a sondagem aplicada antes de iniciar os conteúdos foi para saber sobre o conhecimento prévio dos alunos a respeito do conteúdo, ou seja, ver o que eles sabiam ou não e a sondagem logo após o término da aplicação de todo o conteúdo foi para tanto avaliar as nossas aulas e o desempenho dos alunos.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado II, projeto, sondagem.

### **Resumen**

La pasantía supervisada II es de gran relevancia para el estudiante de pregrado, ya que es a partir de ahí que el estudiante conoce y vive la vida cotidiana de un profesor regente. Además, se implementó un proyecto sobre dos contenidos, energías renovables y no renovables e impactos ambientales en una escuela de tiempo completo. A través de esto, este trabajo tiene como objetivo mostrar los resultados y la experiencia en la pasantía supervisada II, en la que los estudiantes fueron los profesores regentes. Así, se presentaron los resultados de antes y después de una encuesta que aplicamos en las clases de 8º grado, la encuesta aplicada antes de iniciar los contenidos fue para conocer los conocimientos previos de los estudiantes sobre el contenido, es decir, ver los que conocían o no y la encuesta inmediatamente después del final de la aplicación de todo el contenido fue para evaluar nuestras clases y el desempeño de los estudiantes.

**Palabras clave:** Etapa II supervisada, proyecto, encuesta.

### **Introdução**

Ao analisar as aulas de Geografia no ensino fundamental da 6º ano a 9º ano é possível perceber o grande desinteresse dos alunos em aprender o conteúdo, a grande maioria acham a disciplina ruim, sem graça, e não vê a grande importância que a mesma possui para a sociedade, esse desinteresse pode ser explicado pela falta de didática em passar esses conteúdos, a forma como o professor passa esses conteúdos para os alunos é uma forma marcante, na qual apenas passam o determinado conteúdo, e os alunos apenas copiam, ou seja, não existem formas didáticas que possa prender a atenção do aluno nos conteúdos de geografia. Diante do exposto, é possível afirmar que essa falta de interesses dos alunos nas aulas de geografia traz grandes reflexos no aprendizado do aluno.

---

<sup>16</sup> Jakeline Martins da Silva Graduada Licenciatura em Geografia – UEG.

<sup>17</sup> Jéssica Bispo Montalvão da Paixão



Observadas as aulas do ensino fundamental da 6º ano a 9º ano, a série escolhida para aplicação de um projeto foi a 8º ano, turma A e B. Ao serem observados, vimos que os alunos não fazem o uso dos conteúdos de geografia, um problema que foi observado foi a dificuldade de aplicação dos conteúdos de geografia frente à realidade. Dito isto, o projeto de ensino sobre energias renováveis e não renováveis servirá para passar para esses alunos alguns problemas locais e mundiais, para que os mesmos relacionem as aulas da disciplina com o cotidiano e possa observar esses problemas, e terem a capacidade de refletir e gerar alternativas para esses problemas.

Visto que, é de grande importância abordar esses assuntos em escolas desde cedo, pois em uma sala de aula são exatamente mais de 30 alunos, então, conseguindo sensibilizá-los com essa questão eles poderão mudar hábitos cotidianos e perceber que os conteúdos de geografia podem sim serem aplicados ao cotidiano local.

Os objetivos consistem em reconhecer as diferentes fontes de energias no mundo e no Brasil e suas relações com as questões ambientais, de onde se expande em distinguir energia renovável de não renovável, reconhecer as fontes de alternativas de energia locais e globais e posicionar-se quanto à defesa de uso em escala local e global, relacionar os problemas ambientais locais, regionais, mundiais e as consequências na qualidade de vida, reconhecer a questão ambiental e suas consequências e relacionar os problemas ambientais locais com os regionais e mundiais.

### **Fundamentação teórica**

#### **A didática no ensino da geografia escolar**

O ensino da geografia nas escolas é de grande relevância, pois permite que o aluno entenda o meio em que está inserido, a realidade e a também desperta no aluno a capacidade de refletir sobre esse meio, criar questionamentos quanto a isso, ou seja, faz o aluno a ser mais crítico frente à realidade. Conforme dito, Moreira, Marçal e Ulhôa (2006) acrescentam que a geografia é uma disciplina privilegiada, pois permite uma interação o ambiente do aluno e o mundo o qual faz parte.

A geografia faz parte do nosso cotidiano, visto que, com a modernização da sociedade e o acentuado fluxo de informação as pessoas acabam não dando importância a mesma, pois acham que o que se discute em sala de aula pode ser observado e discutido pelos meios de comunicação, porém isso não é válido, de acordo com Malveira et al (2011).

Conforme dito, em decorrência disso os professores devem métodos e técnicas a fim de que o processo de ensino aprendizagem ocorra no ambiente da sala de aula e que possa despertar nos alunos a criticidade frente aos conteúdos abordados da geografia. Conforme Vesentini a geografia escolar deve:

Levar o educando a compreender o mundo em que vive o espaço geográfico desde a escala local até a global. E a compreensão desse espaço passa necessariamente pelo estudo da natureza-para-o-homem, das paisagens naturais como encadeamento de elementos (clima, relevo, solos, águas, vegetação e biodiversidade), que possuem as suas dinâmicas próprias e independentes do social. E também passa, principalmente nos dias de hoje, pelo estudo da questão ambiental, que não pode prescindir da dinâmica da natureza (e suas alterações/reações diante da ação humana), que é fundamental para que possa perscrutar os rumos de cada sociedade nacional e da própria humanidade neste novo século. (VESENTINI 2004, p.228/229).

Tomando este pensamento deve ser ressaltado que o uso do livro didático não deve ser o único meio do professor, contudo, o mesmo deve ir atrás sempre de metodologias que possa

prender a atenção do aluno para que este possa ter interesse constantemente de adquirir conhecimentos.

O ensino da geografia nos fornece conhecimento que podem ser aplicados ao nosso cotidiano, um exemplo básico é a questão ambiental, como todos sabem a geografia é uma das ciências que possibilita conhecer o meio de forma integrada. Desse modo faz necessária a aplicação desse assunto nas escolas desde cedo, mas de forma didática, plausível, conectando os alunos com a realidade para que os mesmos possam refletir sobre suas práticas frente a estas questões e que possam repassar para frente.

Pensando nisso é de grande relevância pensar em metodologias, meios e formas que possa transmitir esses conteúdos de forma que desperte no aluno o interesse, a criticidade e a preocupação com o meio em que vive.

### **Educação ambiental**

Tem se discutido bastante a implantação da educação ambiental nas escolas desde cedo, pois é uma das formas que possa mudar atitudes e a postura frente à questão ambiental, uma vez que o processo de degradação ambiental vem crescendo cada vez mais.

Devem ser implantados também projetos voltados para este assunto que estimule o aluno a refletir e a participar do processo, “a educação ambiental nasceu como um princípio e um instrumento da política ambiental, como uma responsabilidade social de todos. Porém, ações educativas na escola podem ser responsáveis pela formação de atitudes e sensibilidades ambientais” (CERVI; NEGRÃO, 2016, p. 4/5).

A escola é um importante espaço para discutir sobre educação ambiental, pois o aluno poderá analisar situações e analisar sobre questões voltadas para o meio ambiente. Cervi e Negrão (2016) ressaltam:

A escola pode se transformar no espaço em que o aluno terá condições de levantar situações e analisar a natureza, em especial a água, em um contexto entrelaçado de práticas sociais. É evidente a importância da escola no processo de formação, tanto social quanto ambiental, dos seus alunos. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser assimilados desde cedo pelas crianças e devem fazer parte do seu dia a dia quando passam a conviver no ambiente escolar. (CERVI; NEGRÃO, 2016, p. 7)

Dessa forma é importante discutir sobre ações voltadas para o meio ambiente, a fim de promover a reflexão do aluno sobre o meio em que vive o que o mesmo possui recursos limitados, que se tornam escassos em consequências de ações humanas, dito isto, pensar em soluções que possa evitar ou diminuir os impactos sobre o meio é uma estratégia do projeto.

### **Problemas ambientais, discussão e sensibilização no ensino.**

As águas, o solo, as florestas, e áreas urbanas têm se tornadas ameaçadas por causa da falta de sensibilização do ser humano, e por consequência disso, também é ameaçada a qualidade e a continuidade de vida na terra, por isso quanto mais cedo abordar essas as questões ambientais nas escolas, através de oficinas, teatro, confecção de cartazes, projetos e maquetes, mais cedo o aluno se torna um indivíduo com sensibilizado em relação ao meio ambiente, isso levando em consideração o modo em que os alunos pensam e aprendem por isso esses métodos didáticos irão progredir, principalmente, visando à realidade dos alunos, onde os projetos sairão do papel e irão para prática,

visto que, os alunos irão aprender a analisar dados, considerar situações e partir para tomadas de decisões que irão cooperar para a mudança de hábitos.

### Metodologia

A metodologia é de grande importância para a realização desse projeto, visto que serão através delas que os alunos irão assimilar ou não os conteúdos propostos para o a realização do projeto.

Foram usados recursos visuais, como Datashow em aulas expositivas para mostrar aos alunos problemas locais e mundiais, além disso, foram passados alguns conceitos sobre os conteúdos. Com toda ilustração e discussão sobre os conceitos foi proposto debates entre os alunos, para discutir algumas contradições ligadas a problemas ambientais e energias renováveis e não renováveis. Além disso, teve aulas dialogadas com o propósito de trazer afirmações que instigue as opiniões dos alunos, para que os mesmos criem o habito de refletir e criticar tais afirmações expostas. Para um melhor entendimento, e mostrar com tais conteúdos tem uma ligação com o cotidiano foram mostrados documentários de acontecimentos relacionados ao conteúdo.

### Características e localização da área de pesquisa

O Centro de Ensino em período integral Izabel Christina de Souza Ortiz localiza-se no município de Formosa, figura 1, no parque Lago, Rua 41, quadra 11 A, lote 1. A diretora é a Adriana Mendonça, no total possui 373 alunos, contando com 11 turmas no matutino e vespertino. Sua entidade mantenedora é o governo.

As dependências da escola possuem um laboratório de ciências e um de informática, tem uma livraria que ainda não se tornou biblioteca, possui uma sala de professores, 11 salas, 4 instalações sanitárias, a escola se encontra em ótimas condições, possui 1 quadra coberta e relativamente grande. Enquanto recursos visuais a escola possui uma TV, Datashow e mapas.

A coordenação da escola é dividida em três áreas, humanas, exatas linguagens e ainda possui a coordenação de área e pedagógica. Foi aberta no ano de 2018, e por ser uma escola recém-inaugurada precisa de materiais didáticos para a realização das atividades.

### Cronograma

| MÊS ETAPAS              | 2019 |    |    |    |    |    |    |    |
|-------------------------|------|----|----|----|----|----|----|----|
|                         | 03   | 04 | 05 | 06 | 08 | 09 | 10 | 11 |
| Visitações              | x    |    |    |    |    |    |    |    |
| Observações             |      | x  | x  |    |    |    |    |    |
| Escrita do Projeto      |      |    | x  | x  |    |    |    |    |
| Apresentação do projeto |      |    |    | x  |    |    |    |    |
| Aplicação do projeto    |      |    |    |    | x  | x  |    |    |
| Escrita do artigo       |      |    |    |    |    |    | x  |    |
| Apresentação do artigo  |      |    |    |    |    |    |    | x  |
| Entrega do artigo       |      |    |    |    |    |    |    | x  |

### Bibliografias usadas para execução das proposições

Para noções de impactos ambientais usaremos o Manual de Impactos Ambientais confeccionado pelo Ministério do meio ambiente.

Para relacionar os problemas ambientais locais, regionais e mundiais usaremos a bibliografia de Milton Santos, com o livro: A questão do meio ambiente.

Para reconhecer os problemas ambientais e suas consequências usaremos a bibliografia de Marcos Sorrentino, com o livro: Educação ambiental em políticas públicas.

Para fins didáticos usaremos a bibliografia da Caroline Rauch Vizentin e Rosemary, com o livro: Meio ambiente: do conhecimento cotidiano ao científico.

## Resultados e discussões

Ressalta-se a importância do estágio na formação docente e aplicação de projetos voltados para a realidade dos alunos em determinada escola, de acordo com Scalabrin e Molinari (2013) é indispensável na formação docente a prática do estágio pois é um processo de aprendizagem necessário, uma vez que, o estagio proporciona o futuro professor a vivenciar a relação entre teoria e prática e ainda viver algumas dificuldade que enfrentaram pela frente, ou seja, vivenciar a realidade escolar e a lidar por exemplo com a falta de recursos.

A aplicação do projeto iniciou-se no mês de agosto nas turmas 8 A e 8 B na escola em Período integral Izabel Christina de Souza Ortiz, no primeiro dia de aula aplicou-se um exercício sobre sondagem a respeito do conteúdo, que contava com 10 questões, o 8 A encontrava-se 31 alunos, conforme aplicada a atividade de sondagem, essa sondagem foi para ver o conhecimento prévio dos alunos sobre o que eles já sabiam ou não, foi possível obter tais resultados a respeito do conteúdo: 2 alunos não acertaram nenhuma, 6 alunos acertaram uma questão, 7 alunos duas questões, 3 alunos três questões, 4 alunos quatro questões, 3 alunos cinco questões, 3 alunos seis questões, 2 alunos sete questões, e somente 1 aluno acertou oito questões e nenhum acertou 9 ou 10 questões, esses resultados foram na turma do 8º ano A, tabela 1. Foi possível perceber através dessa sondagem que os mesmos erraram mais as questões de escrever, que pedia uma explicação com suas próprias palavras para que eles associassem com a realidade e dissertarem sobre, porém foram as que mais erraram.

Já na turma do 8º ano B, contava com 33 alunos, 3 alunos não acertaram nenhuma questão, 2 alunos acertaram uma, 7 alunos acertaram duas questões, 6 alunos três questões, 3 alunos quatro questões, 5 alunos cinco questões, 4 alunos seis questões, 2 alunos sete questões, 2 alunos oito questões e nenhum aluno acertou nove ou dez questões, tabela 1. A mesma questão que foi obtida no 8º ano A foi resultado também no 8º ano B, erraram mais as questões que pedia para dissertarem a respeito de algumas questões relacionadas a problemas ambientais e alguns conceitos sobre energias renováveis e não renováveis, quadro 1, visto que eram questões de nível fácil que poderiam ser associadas com o cotidiano do próprio aluno.

**Tabela 1-** Número de acertos.

| Questões | Alunos |     |
|----------|--------|-----|
|          | 8ºA    | 8ºB |
| 0        | 2      | 3   |
| 1        | 6      | 2   |
| 2        | 7      | 7   |
| 3        | 3      | 6   |
| 4        | 4      | 3   |

|    |   |   |
|----|---|---|
| 5  | 3 | 5 |
| 6  | 3 | 4 |
| 7  | 2 | 2 |
| 8  | 1 | 1 |
| 9  | 0 | 0 |
| 10 | 0 | 0 |

Fonte: Autora

**Quadro 1- Questões aplicadas na sondagem.**

|   |
|---|
| Questões  |
| 1) O que são energias alternativas? Quais são as consideradas mais limpas?  |
| 2) O que é fonte de energia de energia renovável?   |
| 3) Cite exemplos de energia renovável?  |
| 4) O que é fonte de energia não renovável?  |
| 5) Cite exemplos de energia não renováveis?   |
| 6) Quais são as fontes renováveis que contribuem para a matriz energética brasileira?   |
| 7) Quais são os principais impactos ambientais decorrentes da construção de usinas hidrelétricas?                                       |
| 8) Qual das seguintes fontes de produção de energia é a mais recomendável para a diminuição dos gases causadores do aquecimento global? |
| 9) Marque a alternativa que indica as principais fontes ou tipos de energias renováveis:  |
| 10) Hidráulica, solar, eólica, marés, biomassa (produtos vegetais) são exemplos de fontes de energia:                                   |

Fonte: Autora

Mesmo que os resultados da primeira sondagem não tenham sido tão satisfatórios, no decorrer dos dias, começou a aplicação dos conteúdos, de primeiro momento começamos a falar sobre energias renováveis, discutiu-se o que era, e citou-se exemplos de onde se encontram, conseqüências e benefícios do seu uso e conseqüências do uso para o meio ambiente e para as pessoas, os alunos mostraram se curiosos a respeito do conteúdo, participaram bastante, fizeram questionamentos, e foi possível perceber que os mesmos estavam dispostos e interessados com o conteúdo, visto que, com toda dificuldade que se encontravam -se, por exemplo, a sala era bastante apertada, não possuía ventilador, não tínhamos um Datashow para ilustrar imagens a respeito do conteúdo, mas estava disponível o quadro e giz onde fazíamos mapas conceituais para os alunos.

Mas, alguns alunos ainda questionavam o porquê de estudar geografia, para que servia, então trouxemos diversos exemplos do cotidiano e incluímos no conteúdo, como era sobre energias não renováveis e renováveis, falávamos sobre o consumo dessas energias por eles no dia a dia. Ressalto aqui a importância do dialogo do professor mediador em escutar a opinião ou questionamento, isso mostra que os alunos têm interesse com a disciplina. Ressalto aqui também, em todo o começo da aula fazer uma sondagem do que os alunos assimilaram da aula anterior, fazendo perguntas, questionamentos e etc. e em seguida fazer uma sondagem do que eles conhecem sobre o novo conteúdo.

Esta prática estava ausente da rotina escolar séculos atrás, então meio que virou uma obrigação do professor antes de iniciar uma abordagem de um novo conteúdo identificar o que realmente sua turma conhece sobre o conteúdo para assim iniciar, Jean Piaget foi o que chamou a

atenção por ressaltar a importância do conhecimento prévio. Ao fim do conteúdo aplicamos outra sondagem, com as mesmas questões para assim avaliar o rendimento dos alunos, tabela 2.

E houve uma melhora em relação a sondagem aplicada antes de ser aplicado o conteúdo. No 8ºA ninguém zerou as questões, ou seja, ninguém tirou zero. Apenas 1 pessoa somente acertou 1 questão, 1 aluno acertou 2 questões, duas pessoas acertaram 3, duas pessoas acertaram 4, 3 pessoas acertaram 5, 6 alunos acertaram 7 questões, 7 alunos acertaram 7, 5 alunos acertaram 8 questões, 5 alunos acertaram 9 e 3 alunos acertaram as 10 questões, tabela 2.

No 8ºB, também ninguém zerou as questões, 1 aluno somente acertou 1 questão, 2 alunos acertaram 2, 2 alunos acertam 3, 3 alunos acertaram 4, 4 alunos acertaram 5, 3 acertaram 6 questões, 7 alunos acertaram 7 questões, 3 alunos acertaram 8, 4 alunos acertam 9 questões e 5 alunos acertaram 10 questões, tabela 2.

**Tabela 2-** Sondagem aplicada após o término de todo conteúdo.

| Questões | Alunos |     |
|----------|--------|-----|
|          | 8ºA    | 8ºB |
| 0        | 0      | 0   |
| 1        | 1      | 1   |
| 2        | 1      | 2   |
| 3        | 2      | 2   |
| 4        | 2      | 3   |
| 5        | 3      | 4   |
| 6        | 7      | 3   |
| 7        | 7      | 7   |
| 8        | 5      | 3   |
| 9        | 5      | 4   |
| 10       | 3      | 5   |

Fonte: Autora

### Considerações finais

O estágio proporcionou uma visão de como será nossa futura vida profissional, pois foi dada a oportunidade de se dar os primeiros passos para a realidade, prazer e dificuldades encontradas em sala de aula. Percebe-se que o estágio é extremamente necessário para a formação de grandes profissionais, pois assim é adquirido experiência e maturidade, tanto em ensinar como também aprender com os alunos, pois os professores não devem ser detentores do saber e sim alguém que possui a humildade de compartilhar com os alunos, sendo parceiros deles. Sendo assim, percebemos que no processo de aprendizagem, o professor e o aluno seguem uma via de mão dupla, onde os dois trabalham juntos para obterem resultados significativos para o desenvolvimento do aluno.

Nisso, saindo somente da teoria e partindo para prática, onde pode-se perceber, primeiramente, que, as linguagens acadêmicas, a qual, nós, os universitários estamos acostumados, para explicação dos conteúdos aos alunos, não possuem tanto rendimento, pois eles não compreendem muito bem, assim foi apostado em uma linguagem mais comum, ensinando-os de uma forma que eles aprendessem melhor e nós, estagiárias, tivesse mais eficácia ao ensinar. Foi

visto também, que o diálogo é crucial para o processo de aprendizado do aluno, pois as participações deles tornam as aulas mais dinâmicas, criativas e divertidas e isso faz com que eles desenvolvam melhor suas capacidades. E também foi necessário, a cada aula, como estagiárias, buscar novos conhecimentos, para despertar nos alunos o desejo de sempre buscarem mais, sempre irem além e se tornarem autores de suas próprias histórias, pois é papel do professor gerar nos alunos o papel de pensar corretamente e gerar desafios e atividades frente a realidade social deles, para que se formem seres humanos críticos em meio a sociedade e isso também fará que eles rompam suas dificuldades sendo seres pensantes.

As dificuldades que encontramos inicialmente foi a infelicidade da professora dos alunos com nossa presença na sala, onde foi criado uma barreira entre nós e ela, o que dificultou, para nós, como iniciantes tomadas de medo do desconhecido, porém, mesmo assim prosseguimos em dar as aulas, sendo em alguns momentos podadas pela própria, que disse no início do estágio que não poderíamos chamar atenção dos alunos, somente ela, o que tirou de nós experiência de saber lidar de fato com a turma. Porém, mesmo diante disso, foi cumprido o que propomos ensinar, com aulas expositivas e documentários, os quais um deles, os próprios alunos pediram para passarmos. Uma outra dificuldade foi o fato de morarmos longe do local da escola, sendo que uma de nós mora em outra cidade, porém foi apenas mais um dos obstáculos que enfrentamos para concluir o estágio.

A parceria entre estagiárias foi importante para vencer os empecilhos que apareceu, sabendo que estar em uma sala de aula é sempre estar preparadas para novas surpresas, nesse primeiro ano de estágio, pudemos perceber a importância de trabalhar juntas para o objetivo de sempre fazer o melhor para o processo de aprendizado dos alunos. Mesmo diante dos medos e dificuldades é gratificante ter a oportunidade de colocar em prática conteúdos que aprendemos na universidade e também de conhecer vários alunos dedicados e carinhosos conosco, que nos acolheu muito bem desde o início, nos deram boas-vindas, nos abraçavam sempre, bem comunicativos e alguns até nos procuravam depois das aulas para tirarem suas dúvidas. Eles, sempre nenhuma dúvida fez da nossa experiência algo prazeroso e alegre.

### Referências

CERVI, F. O; NEGRÃO, G. N. Educação ambiental: Novas metodologias para prática docente com alunos do ensino médio. 2016 SEM LOCAL DE PUBLICAÇÃO. Disponível em: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_geo\\_unicentro\\_fatimaodetecervi.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_geo_unicentro_fatimaodetecervi.pdf).

MALVEIRA, D. C. A. et al. **Reflexões sobre o processo de ensino aprendizagem da disciplina geografia, no âmbito escolar.** Revista Geográfica de América Central, Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-13 MOREIRA, S. A. G. A didática da geografia escolar: **Uma reflexão sobre o saber a ser ensinado, saber ensinado e o saber científico.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 17 (33): 23-30, jun. 2006. Artigo recebido em 03/03/2006 e aceito para publicação em 04/04/2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3213/321327188002/>>. Acesso em: 21 mai 2019.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. UNAR, v. 17, n. 1, 2013.

VESENTINI, José Willian. **Realidades e perspectivas do ensino de Geografia no Brasil.** In: VESENTINI, José Willian (org.). O ensino de Geografia no século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 228/229.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021

## SIGNIFICANDO O ESPAÇO RURAL ATRAVÉS DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE O BRASIL AGRÁRIO E AGROEXPORTADOR

Telma Oliveira Soares Velloso<sup>18</sup>  
Thiago Bernardes Fernandes Jorge<sup>19</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo reconhecer a produção da agricultura e pecuária pelos alunos do 7º ano de uma escola na área rural. A metodologia proposta foi de sequência didática nas aulas de Geografia com a temática do “Brasil agrário e agroexportador”. Foi possível fazer o levantamento das atividades produtivas, a importância dos profissionais do campo e aspectos ligados a cultura e história local. Assim, pode-se evidenciar a potencialidade do trabalho na área rural, estimulando as possibilidades de continuação dos estudos para a especialização futura desses jovens e permanência no campo.

**Palavras-chave:** Ciências Agrárias; Escola Rural; Ensino de Geografia.

### Resumén

Este artículo tiene como objetivo como cerla producción agropecuaria por parte de los estudiantes de 7º grado de una escuela ubicada en la zona rural. La metodología propuesta fue una secuencia didáctica en las clases de Geografía con el tema “Brasil agrário y agroexportador”. Con esto se logró relevar las actividades productivas, La importancia de los profesionales en el campo y los aspectos relacionados con la cultura y la historia local. Así, es posible resaltar el potencial del trabajo en el medio rural, estimulando las posibilidades de continuar los estudios para la futura especialización de estos jóvenes y supermanencia en el campo.

**Palabras clave:** Ciencias Agrarias; Escuela Rural; Enseñanza de La Geografía.

### Introdução

O contexto das escolas localizadas nas zonas rurais permeia em inúmeros desafios, dentre eles, a manutenção da relação dos estudantes com a terra e os conflitos da permanência dos jovens no campo.

Ainda existe uma falsa premissa de que o campo é rudimentar, ultrapassado e que não há futuro para os jovens, ou que para trabalhar nas áreas rurais, não é necessário a formação qualificada da mão de obra. Entretanto, cada vez mais é necessário apontar as potencialidades do campo e a inserção das áreas do conhecimento que são de suma importância para o desenvolvimento social, econômico e de valorização da identidade rural.

O objetivo desta pesquisa foi de reconhecer a produção da agricultura e pecuária pelos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental II de uma escola na área rural. A metodologia proposta foi de sequência didática nas aulas de Geografia com a temática do “Brasil agrário e agroexportador”, culminando com o levantamento da produção agrícola e pecuária da área rural que a escola está compreendida, na Zona da Mata Mineira. Assim, evidenciando a potencialidade do

---

<sup>18</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Docente da Educação Básica.

<sup>19</sup> Doutor em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Docente da Universidade Federal do Sergipe (UFS) – Campus do Sertão



trabalho no campo e estimulando as possibilidades de continuação dos estudos para a especialização futura desses jovens.

### **Percurso metodológico**

Visando alcançar os objetivos, tomou-se por base a pesquisa qualitativa, que segundo Zanette (2017) corresponde as análises dos processos e não do resultado em si, de modo a compreender as situações vivenciadas e suas contextualizações, valorizando e enfatizando nas experiências das pessoas envolvidas. De tal modo, a pesquisa qualitativa passou por vários contextos, se consolidando principalmente nas áreas de Ciências Humanas e da Educação (ZANETTE, 2017).

Para reconhecer a produção da agricultura e da pecuária, dialogando com os conteúdos escolares da disciplina de Geografia, foi escolhida uma turma do 7º Ano do Ensino Fundamental II de uma escola na área rural da Zona da Mata Mineira. Essa escolha se justifica pelo fato de ser nesse ano de escolaridade no Ensino Fundamental, que são trabalhadas as temáticas diretamente ligadas as questões do campo, na disciplina de Geografia.

Primeiramente, foi realizado um levantamento da vocação agropecuária da Zona da Mata Mineira e especificamente nessa área rural e seu entorno. Em seguida foi proposta uma sequência didática com sete encontros e tendo a temática curricular “Brasil agrário e agroexportador”, para apresentar, debater e realizar atividades em que os estudantes apontassem a realidade vivenciada por eles e que pudessem relacionar com diferentes escalas da agropecuária brasileira. Os levantamentos realizados inicialmente serviram para embasar o conteúdo e dialogar com pontos em comum ou divergente com as diferentes escalas produtivas no Brasil.

Como atividade final da sequência didática, foi proposto que os alunos se dividissem em grupos de seminários para apresentar cada elemento produtivo levantado ao longo das aulas. Foi pedido que identificassem o tema do grupo e que organizassem as informações respondendo as seguintes perguntas:

- 1) O que produzimos?
- 2) Para quem produzimos?
- 3) Onde é vendido/comercializado?
- 4) Qual a importância econômica dessa produção agropecuária para as pessoas que trabalham no campo?
- 5) Quais são os técnicos responsáveis por essa produção e a sua importância profissional?

A partir das apresentações dos seminários, foram elaboradas as redes de destinação desses produtos e a logística para transportá-los, sendo entre os produtores rurais e as empresas de beneficiamento do café, cooperativas de leite e derivados e indústria alimentícia de carnes, evidenciando também as rotas e como seria o deslocamento. Foram pautados quem eram os compradores e mercados consumidores, fossem estes de consumo direto nas feiras ou de consumo após o processamento dos alimentos e sua comercialização em supermercados. Em seguida, os próprios alunos fizeram o levantamento de profissionais essenciais em todas as etapas da produção agropecuária local e o perfil profissional dos mesmos, apontando as diferenças e similaridades na atuação do trabalho.

### **Análises e resultados**

A realidade encontrada nas escolas das áreas rurais em relação às urbanas, em muito se difere, justamente por ser e estar inserida em comunidades com práticas sociais distintas. Mas ainda,

como aponta Sposito (2006), as áreas urbanas e rurais estabelecem relações e complementações, que também devem ser analisadas. De modo geral, compreende-se que observamos a saída do campo em direção às cidades ou a idealização do urbano no rural, principalmente por parte da juventude e que está diretamente ligada com a agricultura familiar.

Segundo Marafon (2006), a agricultura familiar é caracterizada por ter os meios de produção ligados diretamente com a família e o trabalho desenvolvido nessas pequenas propriedades, é realizado pelos membros destas, ou seja, “existe consenso que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção (MARAFON, 2006, p. 19).

No Brasil, o maior processo migratório existente, sem dúvidas foi o fenômeno do êxodo rural a partir da década de 1940, que levou inúmeras pessoas a saírem do campo em busca de melhores condições e qualidade de vida. Assim, a população brasileira em suma, deixa de ser rural e passa a ser urbana, ou ainda, com aspectos mais urbanos do que rurais, para com aqueles que vivem no campo e que é apontado por Sposito (2006) como híbrido.

Cabe salientar, que a “migração dos jovens rurais para as cidades tem sido uma preocupação constante por parte das organizações civis ou públicas envolvidas no processo de reprodução da agricultura familiar” (BRENNEISEN, 2008, p. 31). Justamente com essa preocupação e compreendendo a educação como espaço formativo, é que a sala de aula se torna um importante local de debate e valorização da realidade da comunidade escolar e do trabalho no/do campo.

Ao desenvolver a sequência didática com a temática “Brasil agrário e agroexportador”, os levantamentos e resultados obtidos pelos estudantes apresentaram como vocação local, atividades ligadas diretamente para a agricultura familiar, caracterizando a realidade de quase todos os participantes. Dentre os apontamentos dos tipos de atividades produtivas desenvolvidas que foram debatidas em sala de aula, destaca-se o plantio de frutas, hortaliças e a criação de suínos, estes que são apontados diretamente como produções voltadas para o consumo próprio e o excedente, para a comercialização em feiras rurais, quando possível.

Nas demais produções agropecuárias apontadas encontram-se a produção de café, de leite e frango para a indústria alimentícia. Foi consenso entre os alunos que estas produções geram uma maior lucratividade, por serem voltadas para a venda direta em cooperativas ou indústrias de gêneros alimentícios, não demandando o abate ou processamento dos alimentos, que segundo apontamentos dos estudantes era algo que elevava os custos, por causa do transporte, logística e das exigências de produção que os pequenos produtores não teriam como ter em suas áreas produtivas. Destaca-se que essas produções foram consideradas como a maior responsável pela geração de renda no campo, segundo os participantes da atividade e por esse motivo, foram as temáticas dos seminários apresentados.

Grosso modo, foi apontado que a maior parcela das atividades era desenvolvida pela agricultura familiar e em pequenas propriedades. Dadas as condições próprias, em determinadas épocas do ano, alguns membros das famílias também vendiam sua força de trabalho em fazendas de café e granjas de frango, para ampliar a renda ou pela baixa produtividade de subsistência, já que muitos não utilizam insumos ou maquinários.

Quando questionados sobre a importância econômica das atividades produtivas desenvolvidas de agropecuária para as pessoas que trabalham no campo, os alunos perguntaram aos membros da família e da comunidade, que pontuavam que gostariam de ter tido outras oportunidades para estudar e melhorar a produção, mas que se não fosse o trabalho no campo, não

saberiam fazer outra coisa. Estes também pontuaram a importância da diversidade de produção, mesmo em suas pequenas propriedades, que reconheciam a procedência dos alimentos e eram saudáveis.

Várias técnicas utilizadas pelos entrevistados foram apresentadas, além dos aspectos sobre a cultura local e a vida no campo, a vontade de estudar e voltar para o campo, os profissionais que são importantes na parte técnica e operacional, e também o anseio que os jovens pudessem ir estudar na cidade vizinha, que tem uma das mais importantes e renomadas universidades públicas e de referência na área de ciências agrárias, para posteriormente voltarem para o campo e melhorarem a vida da família e dos próprios.

Sobre os profissionais envolvidos, destacaram a presença de agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, engenheiros de alimentos, técnicos em meio ambiente, técnicos em agropecuária e agroecologia, além dos auxiliares de produção. Os alunos pesquisaram e conseguiram abordar as especificidades dessas profissões e sua importância nas atividades produtivas, apresentando o perfil e atuação de cada profissional. Um dos problemas apresentado, foi a dificuldade de rotina desses profissionais nas propriedades, mas que existiam projetos de instituições públicas para fornecer periodicamente a visita de muitos desses profissionais, o que ajudava muito no trato com animais e cultivos, mas para isso, precisavam manter toda documentação e regulamentação da propriedade, e alguns pontuaram que foi difícil no início.

De modo geral, essa atividade conseguiu o diálogo do espaço formal de ensino com a cultura local e os espaços não formais para a aquisição do conhecimento, que partem do pressuposto da integração com o universo simbólico, neste caso, da área rural. Destaca-se que,

Dada à complexidade da educação, compreende-se o fato de existirem duas formas de educação: educação escolar, que se conhece por uma prática organizada, sistemática e metódica, que recebe outorga do Estado e vigora como válida – educação formal; e a educação não escolar, que se reconhece através dos símbolos produzidos socialmente, ou seja, dos saberes de diversas ordens, organizados em propostas e projetos. (SILVA, SENICATO e TAVERNARD, 2015, p. 330).

Assim, foi imprescindível trazer para o ambiente formal de ensino, que seria a escola, a voz e as falas da comunidade a qual esses alunos estão inseridos. Nesse processo, os participantes conseguiram rememorar suas trajetórias e de suas famílias, criando um ambiente significativo sobre a própria realidade da comunidade e a importância do desenvolvimento das atividades do campo. Segundo Cordeiro e Martins (2020), é preciso conceber a escola nos ambientes rurais como local de riquezas culturais e históricas.

Destaca-se que, “a educação que se dá no campo objetiva não só garantir o acesso a uma educação básica e profissionalizante para as pessoas que estão nas áreas rurais, como, também, a permanência delas no lugar onde vivem e lhes oferecer uma educação de qualidade” (SILVA, SENICATO e TAVERNARD, 2015, p. 333) e “tem-se claro que somente a educação formal não é determinante para a permanência do jovem no campo, antes se faz necessário entender várias questões sociais e culturais que os envolvem. Todavia, entendemos a importância da educação nesse processo” (CORDEIRO e MARTINS, 2020, p. 5).

Os resultados obtidos alcançaram os objetivos da sequência didática realizada, ressaltando que há demanda de profissionais com formação técnica qualificada no campo, a qual pode melhorar a qualidade e rendimento do que é produzido, que também, há uma demanda para continuação dos estudos e retorno para as atividades do campo. Um ponto positivo foi a identificação das

produções locais, o que auxilia na compreensão dos alunos sobre a importância das áreas rurais, tanto para quem vive ali, quanto para quem está nas cidades.

Os alunos identificaram as potencialidades do local em que vivem, as demandas do mercado de trabalho e os profissionais diretamente ligados à produção agrícola e pecuária, ao ponto de reconhecerem afinidades e de se posicionarem inclinados a essas formações. Além disso, a atividade se demonstra como um processo inicial de diálogo entre o ambiente formal de ensino, da escola, com a cultura e conhecimentos locais, da comunidade e que são também, espaços formativos.

### Considerações finais

De tal modo, conclui-se que valorizar as práticas rurais, principalmente para os oriundos da agricultura familiar, é um estímulo para que esses jovens idealizem a melhoria das condições de vida no campo e das suas próprias realidades, de modo a dar seguimento na formação técnica posteriormente e retornando à sua comunidade. Bem como, é imprescindível que haja a valorização do local, já que há uma enorme riqueza cultural e histórica, que deve ser levada em consideração.

A significação do campo nas aulas de Geografia, voltando-se para a realidade dos estudantes, é de suma importância para a compreensão de práticas e conceitos nitidamente ligados às suas vivências, evidenciando a proximidade com temáticas escolares, a formação crítica e cidadã das/nas relações do campo. Assim, é possível vivenciar os significados do espaço rural, de modo que os estudantes se vejam pertencentes e edificadores de práticas essenciais para a sustentação da sociedade brasileira, além de compreender a importância do campo.

### Referências

- BRENNEISEN, Eliane. Entre o campo e a cidade: estratégias organizacionais visando a permanência do jovem no campo. **Espaço Plural**, vol. IX, n. 18, p. 31-39, janeiro-junho, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944360004.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.
- CORDEIRO, Gilberto Mattos; MARTINS, Suely Aparecida. Reflexões sobre Educação do Campo e Juventude. **Anais III SENPE – Seminário Nacional de Pesquisa em Educação**, v. 3, n. 1, Seção Sociedade, Conhecimento e Educação. 2020. Disponível em: <https://portaleventos.uuffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/14889>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2021.
- MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11776/6891>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.
- SILVA, Luzia Batista de Oliveira; SENICATO, Renato Bellotti; TAVERNARD, Ivone Oliveira. Educação não escolar, educação no campo, juventude e imaginário da violência. **Educere et Educare: Unioeste, Campus Casvavel**, v. 10, número especial, p. 329-343, jan/jun, 2015. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/10228/8581>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B; e WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ZANETTE, Marcos Suel. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba – PR, Brasil, n. 65, p. 149-166, jul/set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00149.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2021.

Enviado em 30/04/2021

Avaliado em 10/06/2021